



5533998



08620.006146/2020-25

MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS
FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO TRIMESTRAL

POLÍTICA PÚBLICA DE PROMOÇÃO À CIDADANIA

PERÍODO DE REFERÊNCIA - MAIO A JULHO DE 2023

I. METAS E INDICADORES ESTRATÉGICOS					
1.1 - Apresentação dos resultados quantitativos do indicador e da meta formalizados no Planejamento Estratégico Institucional da Funai (PEI-Funai) .					
NOME DO INDICADOR: Ações e Projetos apoiados					
FÓRMULA DE CÁLCULO: Quantidade de ações e projetos apoiados					
POLARIDADE: Positiva			PERIODICIDADE DA COLETA: Trimestral		
2020		2021		2022	
Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
30	sem informações	30	sem informações	30	121
100%	sem informações	100%	sem informações	100%	403,3%
2023					
Meta	Resultados				
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Acumulado
80	32	63			95
100%	40%	78,75%			118,75%
Data da Última Coleta: 31/07/2023			Fonte da Coleta: SEI		
Observações: <p>O objetivo deste relatório é apresentar o resultado da execução da Política Pública de Promoção à Cidadania no interstício de maio e julho de 2023, referente às ações sob atribuição regimental da Coordenação Geral de Promoção da Cidadania (CGPC/DPDS). Essa Política atende crianças, jovens, anciãos e mulheres indígenas, ações voltadas a apoiar e promover a participação social dos povos indígenas, sob atribuição interna da Coordenação de Gênero, assuntos Geracionais e Participação Social (Cogen/CGPC), bem como o acompanhamento e qualificação da Educação Escolar Indígena, projetos de Valorização e Revitalização de Línguas e do Ensino Médio Técnico específico das comunidades sob atribuição da Coordenação de Processos Educativos (Cope/CGPC), perante ao Estado e às políticas públicas que os afetem. Sendo assim, este relatório pretende tornar públicas e acessíveis as informações sobre as ações e políticas executadas à sociedade e corroborar com o fortalecimento da cultura de prestação de contas e transparência dos atos administrativos.</p> <p>Conforme orientações, registramos no relatório todas as Terras Indígenas com os códigos fornecidos pela Coordenação Geral de Georreferenciamento (CGGeo), dados necessários para a Regionalização dos Dados Abertos dos nossos relatórios de prestação de contas do Plano Plurianual 2020-2023.</p> <p>O relatório considera a nova meta de 80 ações e projetos apoiados ao ano, de 2020 a 2023, divididas por linhas de ação com respectivas metas unitárias, como justificado na Informação Técnica Conjunta nº Cope/Cogen/CGPC/2022/COPE/CGPC/DPDS-FUNAI (SEI nº 4713061).</p> <p>A construção deste diagnóstico apresentou algumas dificuldades, tais como o levantamento de dados a respeito da mudança de indicador. Até o final de 2021, o indicador referia-se ao número de indivíduos atendidos, sendo alterado, a pedido da CGPC, para o número de ações e projetos realizados. Em razão desta mudança, ainda faz-se necessário atualizar os dados referentes aos exercícios anteriores (2020 e 2021). Outra dificuldade fundamental refere-se ao número de servidores lotados na Cogen/CGPC.</p>					
Caso a política possua mais de um indicador estratégico, basta replicar a tabela acima em quantos indicadores existirem.					

1.2 Análise qualitativa dos resultados alcançados nas metas e indicadores no PEI - Funai																										
<p>Nota-se que, em relação às atividades executadas pela Cope, houve um incremento significativos de ações na região Nordeste, em grande parte devido às Oficinas de projetos de manutenção escolar do Fundo Nacional de Desenvolvimento das Educação (FNDE) - Projeto Dinheiro Direto nas Escolas (PDDE), Projeto Nacional de Transporte Escolar (PNATE) e Caminhos da Escola.</p>																										
<table><tr><th colspan="3">Povos Indígenas atendidos</th></tr><tr><th>Macrorregião</th><th>Povos Indígenas</th><th>Quantidade</th></tr><tr><td>Centro-oeste</td><td>Terena, Xavante, Guaraní Kaiowá, Guaraní Nandeva, Panará, Enawenê-Nawê e Paresi</td><td>7</td></tr><tr><td>Nordeste</td><td>Atikum, Tupinambá, Potiguara, Ka'apór, Canela Memortumré, Tabajara e Xukuru</td><td>8</td></tr><tr><td>Norte</td><td>Borari de Alter do Chão, Jaraki, Kumaruara, Tapuia, Munduruku Cara Preta, Munduruku, Arara Vermelha, Tapajó, Tupinambá e Arapium Tembê Tenetehar, Krahô, Karipuna, Parakanã, Jarawara, Krahô Kanela, Warao, Palikur, Povo Galibi Kalí'na, Galibi Marworno, Shanenawá, Huni Kuin, Kokama, Ticuna, Mura e Apurinã</td><td>27</td></tr><tr><td>Sudeste</td><td>Guaraní M'by, Terena</td><td>1</td></tr><tr><td>Sul</td><td>Kaingang</td><td>2</td></tr><tr><td colspan="2">Total</td><td>45</td></tr></table>			Povos Indígenas atendidos			Macrorregião	Povos Indígenas	Quantidade	Centro-oeste	Terena, Xavante, Guaraní Kaiowá, Guaraní Nandeva, Panará, Enawenê-Nawê e Paresi	7	Nordeste	Atikum, Tupinambá, Potiguara, Ka'apór, Canela Memortumré, Tabajara e Xukuru	8	Norte	Borari de Alter do Chão, Jaraki, Kumaruara, Tapuia, Munduruku Cara Preta, Munduruku, Arara Vermelha, Tapajó, Tupinambá e Arapium Tembê Tenetehar, Krahô, Karipuna, Parakanã, Jarawara, Krahô Kanela, Warao, Palikur, Povo Galibi Kalí'na, Galibi Marworno, Shanenawá, Huni Kuin, Kokama, Ticuna, Mura e Apurinã	27	Sudeste	Guaraní M'by, Terena	1	Sul	Kaingang	2	Total		45
Povos Indígenas atendidos																										
Macrorregião	Povos Indígenas	Quantidade																								
Centro-oeste	Terena, Xavante, Guaraní Kaiowá, Guaraní Nandeva, Panará, Enawenê-Nawê e Paresi	7																								
Nordeste	Atikum, Tupinambá, Potiguara, Ka'apór, Canela Memortumré, Tabajara e Xukuru	8																								
Norte	Borari de Alter do Chão, Jaraki, Kumaruara, Tapuia, Munduruku Cara Preta, Munduruku, Arara Vermelha, Tapajó, Tupinambá e Arapium Tembê Tenetehar, Krahô, Karipuna, Parakanã, Jarawara, Krahô Kanela, Warao, Palikur, Povo Galibi Kalí'na, Galibi Marworno, Shanenawá, Huni Kuin, Kokama, Ticuna, Mura e Apurinã	27																								
Sudeste	Guaraní M'by, Terena	1																								
Sul	Kaingang	2																								
Total		45																								
<table><tr><th colspan="3">Territórios Indígenas atendidos</th></tr><tr><th>Macrorregião</th><th>Territórios Indígenas</th><th>número de ações/projetos</th></tr><tr><td>Centro-oeste</td><td>T.I. Marãiwatsédé, T.I. Panará, T.I. Enawenê-Nawê, T. I. Areões, T. I. Juiminha, T.I. Pimentel Barbosa e T.I. São Marcos</td><td>14</td></tr><tr><td>Nordeste</td><td>T.I. Alto Turiaçu e T.I. Potiguara</td><td>17</td></tr><tr><td>Norte</td><td>T.I. Uaçá, T.I. Krahô-Kanela, T.I. Krahôlândia, T.I. Jarawara/Jamamadi/Kanamanti, T.I. Parakanã, T.I. Galibi, T.I. Juminá, T.I. Katuquina, T.I. Betânia, T.I. Camicua, T.I. Mura Capanã</td><td>23</td></tr><tr><td>Sudeste</td><td>T.I. Araribá, T.I. Guaraní do Bracuí</td><td>1</td></tr><tr><td>Sul</td><td>Comunidade Indígena Vyí Kupri,</td><td>8</td></tr></table>			Territórios Indígenas atendidos			Macrorregião	Territórios Indígenas	número de ações/projetos	Centro-oeste	T.I. Marãiwatsédé, T.I. Panará, T.I. Enawenê-Nawê, T. I. Areões, T. I. Juiminha, T.I. Pimentel Barbosa e T.I. São Marcos	14	Nordeste	T.I. Alto Turiaçu e T.I. Potiguara	17	Norte	T.I. Uaçá, T.I. Krahô-Kanela, T.I. Krahôlândia, T.I. Jarawara/Jamamadi/Kanamanti, T.I. Parakanã, T.I. Galibi, T.I. Juminá, T.I. Katuquina, T.I. Betânia, T.I. Camicua, T.I. Mura Capanã	23	Sudeste	T.I. Araribá, T.I. Guaraní do Bracuí	1	Sul	Comunidade Indígena Vyí Kupri,	8			
Territórios Indígenas atendidos																										
Macrorregião	Territórios Indígenas	número de ações/projetos																								
Centro-oeste	T.I. Marãiwatsédé, T.I. Panará, T.I. Enawenê-Nawê, T. I. Areões, T. I. Juiminha, T.I. Pimentel Barbosa e T.I. São Marcos	14																								
Nordeste	T.I. Alto Turiaçu e T.I. Potiguara	17																								
Norte	T.I. Uaçá, T.I. Krahô-Kanela, T.I. Krahôlândia, T.I. Jarawara/Jamamadi/Kanamanti, T.I. Parakanã, T.I. Galibi, T.I. Juminá, T.I. Katuquina, T.I. Betânia, T.I. Camicua, T.I. Mura Capanã	23																								
Sudeste	T.I. Araribá, T.I. Guaraní do Bracuí	1																								
Sul	Comunidade Indígena Vyí Kupri,	8																								

Total	63
-------	----

2. METAS E INDICADORES DO PPA

2.1 Apresentação dos resultados quantitativos do indicador e da meta formalizados no Plano Plurianual, se houver.

Plano Plurianual 2020-2023

PROGRAMA: 0617 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

DIRETRIZ: 08 - Promoção e defesa dos direitos humanos, com foco no amparo à família

OBJETIVO: 1246 - Promover e proteger os direitos sociais e culturais e o direito à cidadania dos povos indígenas, asseguradas suas especificidades nas políticas públicas.

META: 0525 - Atender 100% das Terras Indígenas com ações ou projetos voltados à proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas

Sob responsabilidade exclusiva da CGPC

INDICADOR ESTRATÉGICO: Percentual de Terras Indígenas atendidas.

META ESTRATÉGICA: Ampliar o atendimento de Terras Indígenas com ações ou projetos voltados à promoção da cidadania, sendo:

Até 2020: 2% do total de Terras Indígenas;

Até 2021: 3% do total de Terras Indígenas;

Até 2022: 4% do total de Terras Indígenas;

Até 2023: 5% do total de Terras Indígenas.

Finalidade do Indicador: Expandir o número de terras indígenas atendidas com com ações ou projetos voltados à Promoção da Cidadania.

Cálculo base: 746 T.I.s nas fases Declaradas, Delimitadas, Em estudo, encaminhada R.I. e Regularizadas.

RESULTADO ALCANÇADO EM 2020

Meta: 2% do total de Terras Indígenas

Resultado: 4% (30 T.I.s)

RESULTADO ALCANÇADO EM 2021

Meta: 3% do total de Terras Indígenas

Resultado: 10% (75 T.I.s)

RESULTADO ALCANÇADO EM 2022

Meta: 4% do total de Terras Indígenas

Resultado: 16,3% (122 T.I.s)

2.2 Análise qualitativa dos resultados alcançados nas metas e indicadores no PPA-Funai, se houver.

A porcentagem refere-se à 746 T.I.s nas fases Declaradas, Delimitadas, Em estudo, encaminhado o R.I. e Regularizadas. Porém, uma vez que as ações da CGPC são universalizantes, atendemos também territórios reivindicados nos quais já habitam, bem como acampamentos dos que ainda estão fora das áreas reivindicadas. Segue abaixo os dados coletados entre 2020 e 2022, bem como a parcial de 2023 referente ao período de janeiro a abril, por macrorregiões:

EXECUÇÃO DO PPA EM 2020

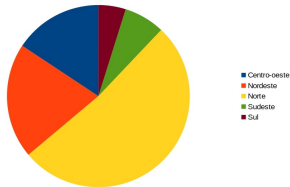
Territórios indígenas atendidos em 2020		
Centro-oeste	T.I. Enawenê-Nawê, T.I. Sangradouro, T.I. Guató, T.I. Caarapó, T.I. Zoró	5
Nordeste	T.I. Atikum, T.I. Rio Pindaré, R.I. Fazenda Sítio, T.I. Massacara, T.I. Tupinambá de Olivença, T.I. Pankararu, T.I. Karin-Xocó	7
Norte	T.I. Alto Rio Guamá, T.I. Barreirinha, T.I. Betânia, T.I. Evare I, T.I. Itixi Mitari, T.I. Parakanã, R.I. Praia do Manguê, T.I. Munduruku, T.I. Rio Médio Negro I, T.I. Tenharim Marmelos, TI Uaçá, T.I. Xerente, T.I. Yanomami	13
Sudeste	T.I. Maxakali	1
Sul	Comunidade indígena Yvi Kupri, Tekohá Ataguajý, Tekohá Marangatu, Tekoha Jevy, T.I. Carazinho, T.I. Ibirama Laklãnô, R.I. Tekohá Ahetete, Tekohá Curva Guarani, Tekohá Ara Porã, Tekohá Pyahu, Tekohá Dois Irmãos, Tekohá Avy Renda, Tekohá Yva Renda, Tekohá Aty Mirim	15
Total		41

Povos Indígenas atendidos em 2020		
Centro-oeste	Enawenê-Nawê, Guaraní Kaiowá, Guató, Xavante, Kayabi, Zoró	6
Nordeste	Tenetechara, Canela Apanyekrá, Canela Ramkokamekrá, Krepum, Krenyê, Tremembé, Gamela, Awá, Ka'apor, Krikati, Gavião, Tuxá, Kaimbé, Atikum, Tupinambá, Pankararu, Kariri-Xoc	17
Norte	Amanayé, Tembê, Apurinã, Karipuna, Palikur, Galibi Marwono, Galibi Kal'na, Munduruku, Yanomami, Xerente, Baré, Tukano, Dessana, Tuyuka, Arapaço, Nideb, Tenharim, Parakanã, Tikuna	19
Sudeste	Maxakali	1
Sul	Avá Guarani, Kaingang, Xokleng	3
Total		46

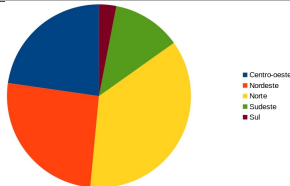
EXECUÇÃO DO PPA EM 2020

Territórios indígenas atendidos em 2021		
Centro-oeste	T.I. Capoto/Jarina, T.I. Enawenê-nawê, T.I. Parque Indígena Xingu, T.I. Parque do Araguaia, T.I. Manoki, T.I. Marãiwatsédé, T.I. Menkü, T.I. Inywebohonã, T.I. Tapirapé/Karajá, T.I. São Domingos, T.I. Xerente, T.I. Karajá de Aruanã I, T.I. Karajá de Aruanã III	13
Nordeste	T.I. Atikum, T.I. Rio Pindaré, T.I. Coroa Vermelha, T.I. Fulni-ô, TI Kiriri, T.I. Potiguara, T.I. Potiguara de Monte Mor, T.I. Jacaré de São Domingos, T.I. Canela, R.I. Tingui-Botó, R.I. Karapotó, R.I. Aconã, T.I. Xucuru-Kariri, R.I. Fazenda Canto, T.I. Araribóia, T.I. Kariri-Xocó, T.I. Pankararu	17

Norte	T.I. Anta, T.I. Apurinã do Igarapé São João, T.I. Apurinã do Igarapé Tauamirim, T.I. Araçá, T.I. Barata/Livramento, T.I. Boqueirão, T.I. Cajueiro, T.I. Canaúanim, T.I. Funi, T.I. Galibi, T.I. Juminá T.I. Jacamim, T.I. Fazenda Guarani, T.I. Parque do Araguaia, T.I. Malacacheta, T.I. Manoá-Pium, T.I. Waiápi, T.I. Betânia, T.I. Pium, T.I. São Leopoldo, T.I. Tabalascada, T.I. São Marcos, T.I. Serra da Moça, T.I. Setemã, T.I. Sucuba, T.I. Truaru, T.I. Tikuna de Feijoa, T.I. Tikuna Umariáçu, T.I. Evare I, T.I. Vui-Uta-In, T.I. . Moscow, T.I. Bragança-Marituba, T.I. Tenharim Marmelos, T.I. Paumari do Lago Marahã, T.I. Munduruku, T.I. Lago do Capanã, T.I. Tenharim do Igarapé Preto, T.I. Sepoti, T.I. Torá, T.I. Mbe Maria, T.I. Xambikó	43
Sudeste	T.I. Xakriabá Rancharia, T.I. Terra da Fatura Kiri do Rio Verde, T.I. Sete Salões, Comunidade Xukuru-Kariri, comunidade indígena Kaxixó, comunidade indígena Tuxá	6
Sul	Acampamento indígena Goj Jur, T.I. Ivaí, T.I. Irai, T.I. Ibirama Laklânó	4
Total		83

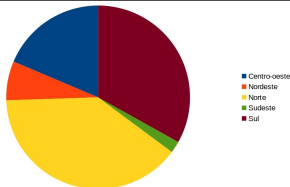


Povos Indígenas atendidos em 2021		
Centro-oeste	Enawenê-nawê, Mebengokre, Kayabi, Kisêdjê, Yudjá, Irantxe, Mynky, Terena, Xavante, Guarani, Karajá, Javáé, Tapirapé,Xerente, Karajá de Aruanã	15
Nordeste	Atikum, Fulni-ô, Tenetehara, Pataxó, Kanela, Kiriri, Tabajara, Potiguara, Acoanã; Karapotó, Tingui-Botó, Xukuru-Kariri, Kaxixó, Tuxá, Kariri-Xocó, Pankararú, Warao	17
Norte	Apurinã, Baré, Macuxi, Wapichana, Karajá, Waiápi, Ticuna, Munduruku, Apiaká do Planalto, Yanomami, Ingariçó; Patamona, Taurepang, Mura, Tenharim, Kariyana, Galibi do Oiapoque, Paumari, Munduruku, Parintintin, Torá, Gavião, Xipaya, Karajá	24
Sudeste	Guarani Kaoiwá; Avá-Guarani, Guarani Mbyá; Guarani Nhandeva; Kaingang; Terena, Xacriabá, Krenak	8
Sul	Kaingang, Xokleng	2
Total		66

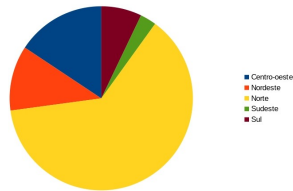


EXECUÇÃO DO PPA EM 2022

Territórios indígenas atendidos em 2022		
Centro-oeste	R.I. Amambai; T.I. Areões; T.I. Baía dos Guató; T.I. Caarapó; T.I. São Marcos; T.I. Sucuri'y;Aldeia Vila Nova Barbecho; T.I. Enawene-Nawê; T.I. Serra Morena; Parque Indígena do Aripuanã; T.I. Sangradouro; T.I. Parabubure; T.I. Tadarimana; T.I. Jarudore; T.I. Vale do Guaporé; T.I. Nambikwara; T.I. Pirineus de Souza; T.I. Merure; T.I. Tereza Cristina; Aldeia Nova Pukunu; Taunay/Ipegue; Umutina; T.I. Tapuia; Território Indígena Taquara; T.I. Marãiwatê; T.I. Taunay-Ipegue; T.I. Portal dos Encantados	27
Nordeste	T.I. Arariçá; T.I. Cama Brava; R.I. Fazenda Sítio; T.I. Kiriri; T.I. Massacará; Território Indígena Tupinambá; R.I. Tuxá; Território Indígena Mendonças do Amarelo; T.I. Truká; Território Indígena Novo Mundo/Viração	10
Norte	T.I. Alto Rio Negro; T.I. Aripuanã; T.I. Borari de Alter do Chão; T.I. Bragança-Marituba; T.I. Vale do Javari; T.I. São Marcos; T.I. Kwatã-Laranjal; T.I. Tubarão Latundê; T.I. Cacau do Tarauacá; T.I. Roosevelt; T.I. Cajueiro; T.I. Escrivão; T.I. Tricheira Bacajá; T.I. Paumari do Lago Marahá; T.I. Kulina do Médio Juruá; T.I. Raposa Serra do Sol; T.I. Raimundão; T.I. Ararandewa; T.I. Araçá; T.I. Lauro Sodré; T.I. Diahuí; T.I. Galibi; T.I. Manoá-Pium; T.I. Munduruku; T.I. Nhamundá/Mapuera; T.I. Parque do Araguaia; T.I. Parque do Xingu; T.I. Planalto Santareno; R.I. Praia do Índio; T.I. Praia do Manguê; território indígena Sawré Bap'in; T.I. Sawré Muybu; T.I. Tikuna de Santo Antônio; T.I. Parque do Araguaia;T.I. Uaçá; T.I. Jarawara/Jamamadi/Kanamanti; T.I.Parakanã; T.I Cabecceiras do Rio Acre; T.I. Evare I; T.I. Igarapé Lourdes; T.I. Alto Rio Guamã; T.I. Anambé; T.I. Xipaya; T.I. Evare II; T.I. Juminá; T.I. Tembê; T.I. Lago Capanã; T.I. Kaxarari; T.I. Camicã; T.I. Apurinã do KM 124;T.I. Mamoadate; T.I. Maró; T.I. Alto Rio Purus; T.I. Katukina, T.I. Katukina/Kaxinawá; T.I. Igarapé do Caucho; T.I. Tikuna Umariáçu; T.I. Kaxinawá do Alto Rio Jordão; T.I. Lourdes/Cajueiro; Território Indígena Jaminawa do Caiapuçá; T.I. Sarambá; T.I. Kumaruara	57
Sudeste	T.I. Fazenda Guarani; TI Maxakali; R.I. Mundo Novo	3
Sul	R.I. Amará/Tekohá Kuriy; T.I. M'Biguaçu; R.I. Morro da Palha; Território Indígena Marangatu; Território Indígena Tava'y; Território Indígena Vy'á; T.I. Morro dos Cavalos; T.I. Massiambá; T.I.Xapeçó; R.I. Pinhalzinho; T.I. Palmas; T.I. Rio das Cobras; T.I. Quecimas; T.I. Apucarana; T.I. Barão de Antonina; T.I. Laranjinha; T.I. Mococa; T.I. Fxinal; T.I. Mangueirinha; T.I. Rio Areia; T.I. Marrecas; Território Indígena Boa Vista; T.I. Ivaí; R.I. Ocoy; R.I. Tekoha Ahetete, R.I. Tekoha Itamarã; Tekoha Jevy; R.I. Tekoha Mirim; Tekoha Yhovy; Tekoha Curva Guarani; Tekoha Vya Rendá; Tekoha Mokoy Joaguá; Tekoha Araguaju; Tekoha Yvy Porã; Tekoha Yvy Rendá; Tekoha Porã; Tekoha Karumbé'y; Tekoha Hitié; Tekoha Aty Mirim; Tekohá Guasu Guaviará; Tekoha Guarani; Tekoha Tajy Poty; Tekoha Araporã; Tekoha Nhemboe; Tekoha Pyahu; Tekoha Karumbey; Tekoha Tatury	48
Total		145

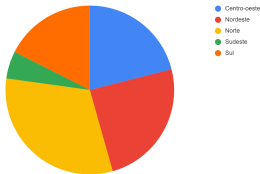


Povos Indígenas atendidos em 2022		
Centro-oeste	Bororo; Chiquitano; Cinta Larga; Enawene-Nawê; Guarani Kaiowá; Kanela do Araguaia; Nambikwara; Xerente; Xavante; Karajá; Terena	11
Nordeste	Kaimbé; Kiriri; Tuxá; Truká; Tupinambá; Potiguara; Tenetehara; Fulni-ô	8
Norte	Anambé; Apurinã; Arara; Ararandewa; Aripun; Avá-Canoeiro; Cinta Larga; Galibi; Hixkaryana; Kanamari; Kanamanti; Kariyana; Katukina; Kaxinawá; Kulina; Hupdah, Matsés; Matis; Makuxi; Munduruku; Parakanã; Paumari; Ticuna; Jarawara; Jamamadi; Diahuí; Xipaya; Jaminawa; Xikrin; Timbira; Tembê; Mura; Kaxarari; Wai Wai; Wapichana; Warao, Taurepang; E'ñepa; Yauareté; Apinayé; Krahô-Kanela; Javáé; Krahô; Kanela no Tocantins	45
Sudeste	Pataxó, Maxakali	2
Sul	Avá-Guarani, Guarani M'Byá, Guarani Nhandeva, Kaingang, Xetá	5
Total		71

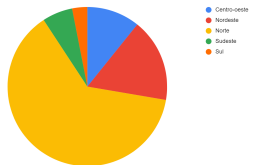


EXECUÇÃO DO PPA EM ENTRE JANEIRO E JULHO DE 2023

Territórios Indígenas atendidos em 2023		
Centro-oeste	T.I. Taunay/Ipegue, T.I. Guató, T.I. Parque do Xingu, T.I. Sangradouro, T.I. Juínia 3, T.I. Marãwatsédé, T.I. Panará, Reserva Indígena Dourados, T.I. Enawenê-Nawé, T.I. Arêdes, T.I. Pimentel Barbosa e T.I. São Marcos	12
Nordeste	Comunidade Serra do Padeiro: T.I. Potiguara, T.I. Potiguara de Monte-mor, T.I. Jacaré de São Domingos, T.I. Alto Turiaçu, T.I. Mendonça, T.I. Elotérios do Catu, T.I. Lagoa do Tapará, T.I. Sagi Trabanda, T.I. Caboclos do Assú, T.I. Tapuia, T.I. Paiaçu da Chapada do Apodi, T.I. Canela Memortumuré, T.I. Kanela,	14
Norte	T.I. Betânia, T.I. Parque do Araguaia, T.I. Ewure I, T.I. São Marcos, T.I. Trocará, T.I. Parakã, T.I. Jarawara/Janamadi/Kanamanti, T.I. Xipaya, T.I. Uaçá, T.I. Galibi, T.I. Jumiã, T.I. Raposa Serra do Sol, T.I. Tenharim Marmelos, T.I. Krahô-Kanela, T.I. Krahôlândia, T.I. Camiciã, T.I. Mura Capanã e T.I. Katuquina	18
Sudeste	T.I. Xacriabá, T.I. Guarani do Bracui, T.I. Araribá	3
Sul	T.I. Rio das Cobras, T.I. Boa Vista, T.I. Mangueirinha, T.I. Ivaí, T.I. Faxinal, T.I. Marreca, T.I. Mococa T.I. Queimadas, T.I. Apucarana, comunidade indígena Vyi Kupri	10
Total		57



Povos Indígenas atendidos em 2023		
Centro-oeste	Terena, Guató, Xavante, Pareci, Guarani Kaioiwá, Guarani Nandeva, Panará	7
Nordeste	Atikum, Tupinambá, Potiguara, Ka'apór, Potiguara, Tapuia Tarairiú, Tapuia Paiaçu, Caboclos do Açú, Canela Memortumuré, Tabajara e Xukuru	11
Norte	Iny, Avá-canoeiro, Kanela do Tocantins, Xerente, Javaé, Ticuna, Wapichana, Taurepang, Macuxi, Assurini, Jarawara, Parakanã, Ticuna, Galibi Kali'na, Galibi Marwono, Karipuna, Palikur, Patamona, Ye'kuana, Ingaricó, Tenharim, Puchu Apiaca, Krahô, Tembê Tenetehar, Krahô-Kanela, Warao, Borari de Alter do Chão, Jaraki, Mundurucu cara preta, Mundurucu, Arara Vermelha, Tapajó, Tupinambá e Arapium, Tembê Tenetehar, Krahô, Huni Kuin, Kokama, Mura, Shanenawá e Apurinã.	41
Sudeste	Xacriabá, Guarani M'byá, Kaingang, Terena	4
Sul	Avá Guarani e Kaingang	2
Total		65



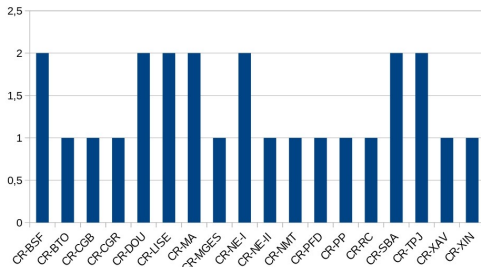
3. REGIONALIZAÇÃO DAS METAS E INDICADORES DO PEI E DO PPA

É a quantificação regionalizada dos principais produtos, resultados ou impactos da política, estabelecidos no Modelo Lógico, se possível por Coordenação Regional ou Coordenação de Frente de Proteção, descrevendo situações que impactaram positiva ou negativamente o resultado. Caso a política ainda não apresente os resultados regionalizados, devem-se apresentar justificativas para a não regionalização, bem como as alternativas propostas pela unidade para avançar nesse sentido.

Uma vez detalhado acima a execução parcial de 2023 do indicador do PEI Funai 2020/2023, neste tópico regionalizamos a execução da Política Pública de Promoção à Cidadania por atendimento dos indicadores internos por Coordenações Regionais, nesta etapa apenas referente ao interstício de **maio a julho de 2023**.

3.1 Alcance de metas do PEI 2020-2023 por Coordenações Regionais

Indicador Interno 1 - EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA



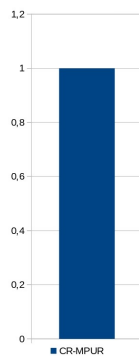
CR-BSF - Coordenação Regional Baixo São Francisco
CR-BTO - Coordenação regional Baixo Tocantins
CR-CGB - Coordenação Regional Cuiabá

CR-NE-II - Coordenação Regional Nordeste II
CR-NMT - Coordenação Regional Norte de MT
CR-PFD - Coordenação Regional Passo Fundo

CR-CGR - Coordenação Regional Campo Grande
CR-DOU - Coordenação Regional Dourados
CR-LISE - Coordenação Regional Litoral Sudeste
CR-MA - Coordenação Regional do Maranhão
CR-MGES - Coordenação Regional Minas Gerais / Espírito Santo
CR-NE-I - Coordenação Regional Nordeste I

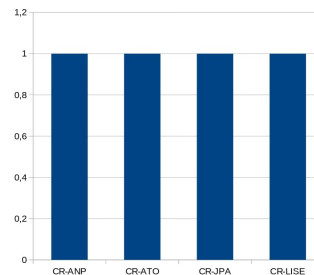
CR-PP - Coordenação Regional Ponta Porã
CR-RC - Coordenação Regional Ribeirão Cascalheira
CR-SBA - Coordenação Regional Sul da Bahia
CR-TPJ - Coordenação Regional Tapajós
CR-XAV - Coordenação Regional Xavante
CR-XIN - Coordenação Regional Xingu

Indicador Interno 2 - ENSINO MÉDIO TÉCNICO



CR-MPUR - Coordenação Regional Médio Purus

Indicador Interno 3 - VALORIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE LÍNGUAS

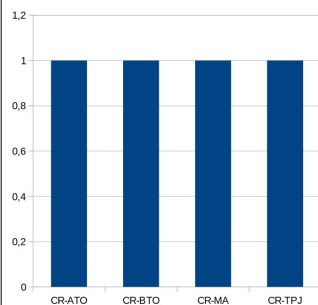


CR-ANP - Coordenação Regional Amapá Norte do Pará
CR-ATO - Coordenação Regional Araguaia Tocantins
CR-JPA - Coordenação Regional João Pessoa
CR-LISE - Coordenação Regional Litoral Sudeste

3.2 Alcance de metas do PPA 2020-2023 por Coordenações Regionais

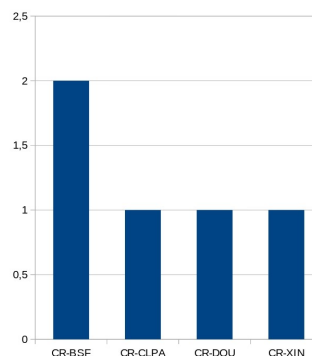
Além das ações do indicador do PEI Funai 2020/2023 acima dispostas, para o PPA 2020/2023 também agregamos alguns indicadores complementares não previstos no PEI Funai 2020/2023, como ações e projetos referentes ao acompanhamento e qualificação de políticas voltadas ao permanência dos povos indígenas no Ensino Superior, neste caso as referentes a Acordos de Cooperação Técnica com instituições de ensino superior, bem como ações relativas ao apoio a Processos Educativos Comunitários, ações que valorizam e fomentam rituais, festas, modos de vida e demais atividades inerentes à cultura dos povos indígenas. Segue abaixo o resultado da execução de **maio a julho de 2023** por Coordenações Regionais:

Indicador: PROCESSOS EDUCATIVOS COMUNITÁRIOS



CR-ATO - Coordenação Regional Araguaia Tocantins
CR-BTO - Coordenação Regional Baixo Tocantins
CR-MA - Coordenação Regional do Maranhão
CR-TPJ - Coordenação Regional Tapajós

Indicador: ENSINO SUPERIOR



CR-BSF - Coordenação Regional Baixo São Francisco
CR-CLPA - Coordenação Regional Centro Leste do Pará
CR-DOU - Coordenação Regional de Dourados
CR-XIN - Coordenação Regional do Xingu

4. SISTEMA DE MONITORAMENTO INTERNO DA POLÍTICA

Caso a política possua indicadores internos, a unidade deverá informá-los, utilizando a tabela abaixo.

Os indicadores internos podem medir os resultados intermediários dos indicadores estratégicos ou utilizados para o monitoramento interno de linhas de ação não priorizadas no planejamento estratégico.

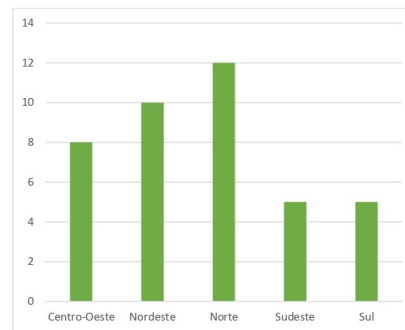
Não há número mínimo de indicadores a serem apresentados, a unidade deverá escolher aqueles que trazem uma visão ampla da política, de preferência com resultados que apresentem o impacto no problema ou as principais causas registradas no detalhamento da política.

Nome do Indicador Interno 1: EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Fórmula de Cálculo: Quantidade de ações e projetos apoiados

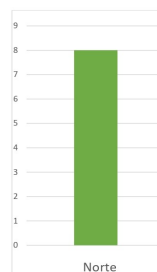
Polaridade: Positiva			Periodicidade da Coleta: Trimestral		
2020		2021		2022	
Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
10	13	10	46	10	66
100%	130%	100%	460%	100%	660%
2023					
Meta	Resultados				
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Acumulado
10	13	25			38
100%	130%	250%			380%
Data da Última Coleta: 31/07/2023			Fonte da Coleta:		
Observações:					

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA



Nome do Indicador Interno 2: ENSINO MÉDIO TÉCNICO					
Fórmula de Cálculo: Quantidade de ações e projetos apoiados					
Polaridade: Positiva			Periodicidade da Coleta: Trimestral		
2020		2021		2022	
Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
02	03	02	02	02	03
100%	150%	100%	100%	100%	150%
2023					
Meta	Resultados				
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Acumulado
02	07	01			08
100%	350%	50%			400%
Data da Última Coleta: 31/07/2023			Fonte da Coleta: SEI		
Observações:					

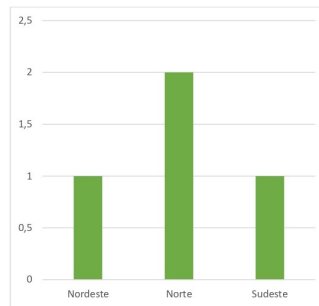
ENSINO MÉDIO TÉCNICO



Nome do Indicador Interno 3: VALORIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE LÍNGUAS					
Fórmula de Cálculo: Quantidade de ações e projetos apoiados					
Polaridade: Positiva			Periodicidade da Coleta: Trimestral		
2020		2021		2022	
Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
02	01	02	03	02	05
100%	50%	100%	150%	100%	250%
2023					
Meta	Resultados				
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Acumulado
02	01	04			04
100%	50%	200%			250%
Data da Última Coleta: 31/07/2023			Fonte da Coleta: SEI		

Observações:

VALORIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE LÍNGUAS



Nome do Indicador Interno 4: PARTICIPAÇÃO SOCIAL					
Fórmula de Cálculo: Quantidade de ações e projetos apoiados					
Polaridade: Positiva			Periodicidade da Coleta: Trimestral		
2020		2021		2022	
Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
03	sem informações	03	sem informações	03	23
100%	sem informações	100%	sem informações	100%	765%
2023					
Meta	Resultados				
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Acumulado
03	4	10			13
100%	133%	333%			466%
Data da Última Coleta:31/07/2023			Fonte da Coleta: SEI		
Observações:					

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Nome do Indicador Interno 5: VALORIZAÇÃO DA INFÂNCIA EM CONTEXTO DE CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA					
Fórmula de Cálculo: Quantidade de ações e projetos apoiados					
Polaridade: Positiva			Periodicidade da Coleta: Trimestral		
2020		2021		2022	
Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
08	sem informações	08	sem informações	08	11
100%	sem informações	100%	sem informações	100%	137,5%
2023					
Meta	Resultados				
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Acumulado
08	05	04			09
100%	63%	50%			150%
Data da Última Coleta: 31/07/2023			Fonte da Coleta: SEI		
Observações:					

VALORIZAÇÃO DA INFÂNCIA EM CONTEXTO DE CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

Nome do Indicador Interno 6: PROMOÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PROTAGONISMO DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO E DECISÃO POLÍTICA					
Fórmula de Cálculo: Quantidade de ações e projetos apoiados					
Polaridade: Positiva			Periodicidade da Coleta: Trimestral		
2020		2021		2022	
Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
02	sem informações	02	sem informações	02	08
100%	sem informações	100%	sem informações	100%	400%
2023					
Meta	Resultados				
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Acumulado
02	2	04			06
100%	100%	200%			300%
Data da Última Coleta: 31/07/2023			Fonte da Coleta: SEI		
Observações:					

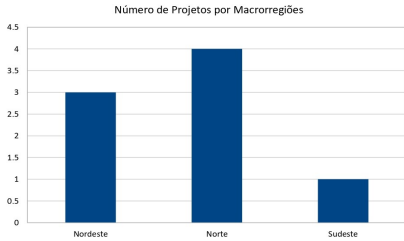
PROMOÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PROTAGONISMO DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO E DECISÃO POLÍTICA

Nome do Indicador Interno 7: QUALIFICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AOS POVOS INDÍGENAS					
Fórmula de Cálculo: Quantidade de ações e projetos apoiados					
Polaridade: Positiva			Periodicidade da Coleta: Trimestral		
2020		2021		2022	
Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
03	11	03	08	03	05
100%	366,5%	100%	266,5%	100%	166,6%
2023					
Meta	Resultados				
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Acumulado
03	0	04			04
100%	0	133%			133%
Data da Última Coleta: 31/07/2023			Fonte da Coleta: SEI		
Observações:					

QUALIFICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AOS POVOS INDÍGENAS

5. PROJETOS ESTRATÉGICOS										
Discorrer sobre o andamento dos projetos estratégicos formalizados na Carteira de Projetos Estratégicos .										
5.1 Projeto de Diagnóstico da Educação Escolar Indígena										
<p>O Projeto de Diagnóstico da EEI (PDDEI) compõe o Objetivo Estratégico <i>Gerir políticas referentes aos povos indígenas da Carteira de Projetos Estratégicos da Funai</i>, com o objetivo de <i>Possibilitar a sistematização de informações sobre as escolas indígenas, bem como visa empoderar os professores indígenas no exercício do controle social sobre a educação escolar oferecida em suas comunidades</i>. O Roteiro do Diagnóstico da Educação Escolar Indígena (SEI nº 4343180) e o Guia do Mediador (SEI nº 4343161) foram elaborados pelos técnicos da Cope/CPGC com o objetivo de contribuir com a participação dos povos indígenas para a qualificação das políticas públicas da Educação Escolar Indígena (EEI) seja atendendo a legislação vigente, seja apresentando propostas de normativos. O formulário foi elaborado a partir das regulamentações do Conselho Nacional de Educação (CNE): a Resolução CEB 03/99, a Resolução CEB/CNE 5/2012 e a Resolução CNE/CP 1/2015, que orientam a aplicação das leis sobre o direito a uma educação escolar indígena específica, diferenciada, intercultural e bilingue/multilíngue, de forma a valorizar e fortalecer a autonomia das comunidades na gestão da educação.</p> <p>A proposta metodológica é a de que, a partir da promoção de um espaço de diálogo comunitário, professores indígenas, comunidade e servidores da Funai preencham o roteiro de Diagnóstico da Educação Escolar Indígena, que reúne dados que fundamentam a melhoria da atuação da Funai e das comunidades indígenas junto aos responsáveis pela oferta do serviço de educação escolar, também em temas como aspectos operacionais do funcionamento e gestão da escola. Pretende-se, assim, que a realização do diagnóstico estimule debates comunitários sobre os direitos educacionais indígenas, contribuindo para o controle social sobre a oferta de educação escolar em cada comunidade.</p> <p>Dada a relevância das informações coletadas observou-se a necessidade de desenvolver a implementação do diagnóstico com um planejamento mais pormenorizado, de forma que ofereça condições mais adequadas para tabulação dos dados, com definição de indicadores e variáveis que possibilitem mensurar a situação da educação escolar nas comunidades indígenas, observando aspectos quantitativos, e mais especificamente os aspectos qualitativos. Para a qualificação dos dados coletados no novo modelo de roteiro de Diagnóstico da EEI identifica-se a necessidade do desenvolvimento de uma ferramenta de informática que possibilite a parametrização, análise, facilitação gráfica e armazenamento das informações construídas nos encontros. Como alternativa à concretização do projeto, pretende-se utilizar recursos tecnológicos já existentes na Funai, como o software <i>Power BI</i>.</p>										
5.1.2 Apresentação dos pontos positivos na execução do projeto										
Atualmente o projeto encontra-se em execução com a aplicação do roteiro, ainda em formato físico, pelas Coordenações Regionais, das quais se espera sugestões para aprimoramento, bem como para identificarmos eventuais ajustes na escolha de áreas prioritárias para executarmos nossos pilotos. Dentre estes, citamos como exemplo os projetos da CR Xavante, CR Ribeirãoascalheira, CR Alto Purus, CR Manaus, CR Baixo São Francisco, todos continuidade para alcance das Terras Indígenas sob suas jurisdições.										
5.1.3 Apresentação dos pontos negativos na execução do projeto										
A execução do projeto encontra-se adequada às nossas expectativas, considerando a perspectiva de implementação física dos próximos projetos aprovados tecnicamente.										
5.2 Planejamento Estratégico Ministério da Justiça 2020-2023										
<p>As ações da Funai no Planejamento Estratégico do Ministério da Justiça para o quadriênio 2020 - 2023 , que passaremos a identificar apenas como PE-MJ 2020-2023, compõem o Objetivo Estratégico “Gerir políticas referentes aos povos indígenas”. A composição desse objetivo deu-se mediante a seleção de indicadores apresentados pelas Coordenações Gerais da Funai. Dentre as propostas aprovadas, a Coordenação Geral de Promoção da Cidadania (CGPC) responde pelo indicador <i>número de ações de educação e de formação comunitária apoiadas</i>, cuja meta é apoiar 12 (doze) projetos por ano, de 2020 a 2023. Por competência regimental, tais ações são coordenadas pela Cope/CGPC.</p> <p>Por processos educativos comunitários entende-se a transmissão de conhecimentos como a cosmologia de cada povo indígena, seus rituais, cantos, técnicas artesanais, modos próprios de manejo dos recursos naturais e de gestão do território, valorização e revitalização linguísticas, dentre outros. São processos inerentes à cultura de cada povo e que ocorrem em diversas situações e lugares, não necessariamente vinculados à educação institucionalizada. Mesmo assim, uma das conquistas dos povos indígenas foi a garantia de que tais processos de transmissão de saberes e didáticas específicas integrassem o componente curricular da Educação Escolar Indígena (EEI) - possibilidade não apenas de adequar os conteúdos programáticos às suas visões de mundo, mas também de assegurar a participação de sábios e demais membros da comunidade em atividades letivas.</p> <p>A exceção dos demais períodos que abarcam o presente relatório, neste caso, de maio a julho do corrente ano, optamos por sempre apresentar a execução anual do Planejamento Estratégico do Ministério da Justiça. Nesse sentido, no interstício de janeiro a julho de 2023, a CGPC entregou 08 dos 12 produtos anuais do indicador do PE-MJ 2020/2023.</p>										
AÇÕES DE EDUCAÇÃO E DE FORMAÇÃO COMUNITÁRIAS APOIADAS										
Mês de referência	Macrorregião /Bioma	UF/CR	Município /Terra Indígena	Processo	Ação/Projeto	Povos envolvidos	Público alvo	Data da realização	Custo (R\$) e PI	Documentos relacionados
fev	Nordeste/Mata Atlântica	BA / CR-SBA	Município de Buerarema-BA / Aldeia/Comunidade Serra do Padeiro	08067.000147/2021-70	Apoio ao projeto "As memórias dos familiares dos idosos da Aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro", material para publicação de material didático	Tupinambá	Comunidade	03 de fevereiro	R\$ 390,45 PI 66APC	Despacho CR-SBA SEI nº 4861405 RAE SEI nº 4911551
mar	Norte/Cerrado	TO / CR-ATO	Município Lagoa da Confusão-TO / T.I. Parque do Araguaia (cód 33501).	08743.000156/2022-22	Apoio à festa do Hetohoký	Povos participantes: Iny, Avá-canoero, Kanela do Tocantins, Xerente, Javáé	Comunidade	De 15 a 22 de março	R\$ 38.479,10 PI 66APC	Informação Técnica 30/2023/COPE (SEI 4956627); RAE SEI nº 5039939
mar	Sudeste / Cerrado	MG / CR-MGES	Município de São João das Missões-MG / T.I. Xacriabá (cód 49902)	08759.000382/2022-34	Apoio técnico e orçamentário para a realização da Oficina em Gestão Escolar e Programas Educacionais na T.I. Xacriabá	Xacriabá	Comunidade	De 18 a 26 de março	R\$ 16.087,21 PI 66APE	PAT SEI nº 4866027 RAE SEI nº 5075858
abr	Nordeste / Mata Atlântica	PB / CR-JPA	Municípios de Baía da Traição - PB, Rio Tinto - PB e Mamanguape - PB / T.I. Potiguara, T.I. Potiguara de Monteiro e T.I. Jacaré de São Domingos	08765.000193/2023-63	Apoio Técnico e orçamentário para a realização do projeto Anama Potiguara - Oficinas sobre Educação, Saúde, Cultura, Gênero, Geração e Planos de vida - fortalecimento do protagonismo e da participação social	Potiguara	Comunidade	01 de abril	R\$ 60.837,90 PI 66APC	Projeto Anama (SEI 5038325) PAT SEI 5033172; RAE SEI nº 5085948
mai	Norte / Amazônia	PA / CR-TPJ	Município de Jacareacanga / T.I. Mundurucu (cod. 29801)	08764.000114/2023-24	I Wuyubábi Mubupukap Waodadã (I Feira Cultural do Rio Kabitutu) - fortalecimento de conhecimentos e práticas culturais	Mundurucu	Comunidade	De 25 a 31 de maio de 2023	R\$ 47.725,80 PI 66APC	PAT SEI nº (5111374). RAE SEI nº (5271647, 5281228 e 5281307)

					do povo Mundurucu - à arte, medicina e culinária, memórias e histórias: (1) Aldeia Kaboro'a - Escola Kaba Ojeybu; (2) Aldeia Porto - Escola Bôrô Bempo; (3) Aldeia Bribá - Escola Waru Orebu; (4) Aldeia Taperebá - Escola Yori Bamuybu; (5) Aldeia Katô - Escola Karo Bempo; (6) Aldeia Estirão das Cobras - Escola Karu Burny; e (7) Aldeia Maloquinha - Escola Kirixi Cak.					
mai	Norte / Amazônia	PA/CR-BTO	Município de Paragominas/T.I. Alto Rio Guamá (cod. 1001), Aldeia Cajueiro	08770.000038/2023-78	2º Encontro de Culturas e Saberes dos Povos indígenas do povo Tembê Tenetehara - Região do Gurupi	Tembê Tenetehar	Comunidade	De 24 a 27 de maio de 2023	RS 22.604,35 PI 066APC	PAT SEI nº 5160145; RAE SEI nº 5353679
jun	Norte / Cerrado	TO / CR-ATO (CTK Itacajá)	Município de Goiás-TO / Terra Indígena Kraolândia (cód 23301)	08743.000151/2023-81	Apoio à realização do amjikin de Par cahac (fim de luto), na comunidade indígena Kypekrin	Krahô	Comunidade	De 27 a 29 de junho de 2023	R\$ 22.075,50 PI 66APC	PAT nº SEI 5086366 - Informação Técnica nº 64/2023/COPE/CGPC /DPDS-FUNAI (5124975), RAE SEI nº 5466950
jul	Nordeste / Amazônia	MA / CR-MA	Município de Fernando Falcão e Barra do Corda -MA / Terra Indígena Kanela (cód. 20701)	08620.007121/2023-91	Apoio ao Registro, Documentação e Ensino das Cantigas Tradicionais Ramkokamekrá-Memortumré Canela	Canela Memortumré	Comunidade	De 15 a 29 de julho	R\$ 91.966,70 PI 66APC	PAT SEI nº 5320233; Relatório Parcial da Oficina Cantigas do Pátio (SEI 5328432) RAE SEI nº 5538739



Projeto de Registro, Documentação e Ensino das Cantigas Tradicionais Ramkokamekrá-Memortumré Canela

5.2.2 Apresentação dos pontos positivos na execução do projeto
Registrarmos a estratégia exitosa da CGPC de orientar no início de cada exercício nossas ações prioritárias vinculadas também aos instrumentos de execução da política pública, nota-se que algumas Coordenações Regionais veem demandando projetos relacionados também a Processos Educativos Comunitários e Assembleias, atividades que compreendemos como fundamental à conquista da valorização da especificidade cultural dos povos indígenas, seja em seus rituais e modos de vida, seja na qualificação de políticas públicas.
5.2.3 Apresentação dos pontos negativos na execução do projeto
A execução do projeto encontra-se adequada às nossas expectativas, considerando a perspectiva de implementação físicas dos próximos projetos já aprovados tecnicamente.
5.3 Acordos de Cooperação Técnica com instituições de ensino
Ensino Superior
Considerando o anseio de estudantes indígenas pelo ingresso no Ensino Superior e a ausência de uma política do Ministério da Educação (MEC), à época, que garantisse o acesso e permanência de estudantes indígenas nas Instituições de Ensino Superior, a Funai passou a firmar Termos de Cooperação e Convênios com Instituições de Ensino Superior (IES), em todo território nacional, a partir de 1996, tanto com públicas quanto com privadas. Ou seja, mais uma vez, a atuação da Funai foi no sentido de

qualificar políticas públicas voltadas aos povos indígenas com a proposição de pilotos demonstrativos de viabilidade de instauração das mesmas por parte dos responsáveis pela coordenação e execução da oferta educacional.

Vale ressaltar a importância do papel que a Funai exerceu como precursora na formulação e implementação de políticas públicas de acesso de indígenas na educação superior, a exemplo do Termo de Cooperação com a Universidade do Estado do Mato Grosso-UNEMAT, criando a primeira licenciatura intercultural do país, em 2001; e o Convênio Funai-UnB com o primeiro processo seletivo "vestibular indígena", no ano de 2004. Vale lembrar que até o ano de 2012, antes da reestruturação administrativa do Órgão, havia na Funai uma Coordenação Geral de Educação. (Ver: O ensino superior e os povos indígenas: a contribuição da Funai para a constituição de políticas públicas. Fialho, Maria Helena; Ramos, R.F. André; Menezes, Gustavo. In: Lima, Antônio Carlos de Souza; Barroso, Maria Macedo [orgs], Povos Indígenas e Universidade: Contextos e Perspectivas [2004-2008]. Rio de Janeiro: LACED/MN; E-papers, 2013).

Já em 2008, o MEC instituiu o Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas - **PROLIND**, um programa de fomento à formação de professores indígenas em cursos de graduação em Licenciatura Intercultural, ofertados por instituições de ensino públicas federais e estaduais. As Licenciaturas Interculturais, uma das modalidades de ensino que mais se aproxima da realidade das comunidades indígenas, tem como objetivo formar professores para a docência no ensino médio e nos anos finais do ensino fundamental nas escolas indígenas. Os cursos aplicam a chamada Pedagogia da Alternância, sendo programados em módulos letivos, geralmente definidos como "tempo escola" e "tempo aldeia". O primeiro atende à formação clássica voltada ao ensino em sala de aula, e o segundo é entendido como a etapa em que são desenvolvidas pesquisas e são colocados em prática os conhecimentos debatidos em sala. Para a cobertura de custos com a permanência desses estudantes fora de seus locais de origem, o Governo Federal disponibilizava, então, via PROLIND o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) anualmente, a cada estudante e, em alguns casos, o programa contou com contrapartidas de órgãos públicos estaduais ou municipais. Entretanto, há que se destacar as queixas apresentadas pelos estudantes, alegando há anos a inadequação do valor da bolsa, além do fato de que o programa não custeia seus deslocamentos.

Uma vez que o PROLIND atenderia apenas o apoio ao acesso às Licenciaturas Interculturais, e face o crescimento exponencial da demanda de indígenas para o acesso ao ensino superior, o MEC publicou a Portaria nº 389, de 09/05/2013, que cria o Programa Bolsa Permanência - BPB, destinado ao apoio ao acesso aos demais cursos em nível de ensino superior, fruto de tratativas entre Funai e Ministério da Educação, e das reivindicações de representações indígenas. O programa permite o repasse de bolsa estudantil no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais) mensais, quantia que faz referência ao valor máximo de auxílio financeiro a estudantes disponibilizado pela Portaria nº 744/PRES/2007 da Funai, e não sofreu reajustes nos últimos dez anos. Prevê-se, assim, a cobertura de despesas relacionadas à manutenção da estadia dos estudantes indígenas nos locais onde são ofertados seus cursos. Além de o valor estabelecido não ser suficiente para o que se propõe, o Programa Bolsa Permanência - BPB também não contempla o custeio com passagens e limita-se apenas a cursistas de instituições de ensino superior federais.

Mesmo após a implementação do Programa Bolsa Permanência do MEC, em razão de compromissos firmados em cooperações, a Funai manteve o custeio de deslocamentos de universitários indígenas matriculados até o ano de 2012, nos acordos vigentes, em duas ocasiões durante o ano (do local de moradia ao local de formação e vice versa), até a conclusão de seus cursos, com a finalidade de proporcionar-lhes meios de acesso aos cursos de nível superior, ao tempo em que se reconhece suas necessidades e vínculos com suas comunidades nos períodos de férias/recessos das atividades acadêmicas.

Durante a pandemia da Covid-19, com a paralisação de concessão da Bolsa Permanência aos ingressantes, a Funai interveio junto ao MEC no sentido de cobrar informações quanto à execução da política em meio à crise de emergência de saúde, conforme OFÍCIO Nº 549/2020/PRES/FUNAI (SEI 2045835), de 25 de março de 2020, reiterado pelo OFÍCIO Nº 11179/2020/PRES/FUNAI (SEI 2239822), de 22 de junho de 2020 e Ofício OFÍCIO Nº 8/2021/COPE/CGPC/DPDS/FUNAI (SEI 2793799), de 29 de janeiro de 2021, em resposta ao Ofício - 0001-AAIUnB-2021 (SEI 2787746), da Associação dos Acadêmicos Indígenas da UnB, bem como manifestações do MEC, através da NOTA TÉCNICA Nº 42/2020/CGICQT/DMESP/SEMESP/DMESP/SEMESP/SEMESP (SEI 2178377) e Ofício Nº 118/2020/CGRED/DIPPES/SESU/SESU-MEC (SEI 2413931).

Atualmente a CGPC conta com 04 (quatro) Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) com instituições de Ensino Superior, os quais apoiavam até 2022 o acesso de 135 (cento e trinta e cinco) indígenas em cursos de graduação. Em setembro de 2022 apoiamos a formatura de 106 acadêmicos matriculados nos cursos de formação de professores em Licenciatura Intercultural e Pedagogia Intercultural da Faculdade Intercultural Indígena (Faindi/Unemat), os 05 remanescentes retomam o curso no 2º semestre de 2023. Para além da formatura, nota-se ainda uma baixa execução orçamentária deve-se ao impacto da até então restrição do pagamento de auxílio financeiro aos acadêmicos previsto na maioria dos ACTs.

Acordos de Cooperação Técnica com universidades vigentes e respectivos compromissos assumidos pela Funai:

1) **ACT nº 02/2011 Funai/Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)** (SEI 3348360): auxílio financeiro para passagens terrestres para 03 (três) acadêmicos. Orçamento executado no 1º e 2º trimestres de 2023: **sem execução orçamentária** devido à paralisação de concessão de auxílio financeiro pela Funai à época; Processo 08774.000742/2018-23

2) **ACT nº 02/2015 Funai/Universidade de Brasília (UnB)** (SEI 4362098): custeio com passagens aéreas e concessão de auxílio financeiro para custear deslocamentos terrestres e/ou fluviais para 12 (doze) acadêmicos. Orçamento executado no 1º trimestre de 2023: **R\$ 11.617,95** (onze mil seiscentos e dezesseite reais e noventa e cinco centavos). **Orçamento executado no 2º trimestre de 2023: R\$ 4.567,76** (quatro mil quinhentos e sessenta e sete reais e setenta e seis centavos), referentes a passagens aéreas. Com a aprovação da retomada de concessão de auxílios financeiros, os próximos deslocamentos retornarão a contar com o custeio dos demais trechos do deslocamento, como os terrestres e fluviais. Processo 08620.000065/2010-40

3) **ACT nº 01/2016 Funai/Universidade do Estado de Mato Grosso do Sul (UEMS)** (SEI 3443769): fornecimento de passes de ônibus urbanos para 16 (dezesseis) acadêmicos. Orçamento executado de janeiro a abril de 2022: **sem execução orçamentária** em razão da ausência de demanda até abril de 2022; Orçamento executado no 1º trimestre de 2023: **sem execução orçamentária**, considerando que já havia cobertura orçamentária para o período. **Orçamento executado no 2º trimestre de 2023: R\$ 13.266,19** (treze mil duzentos e sessenta e seis reais e dezenove centavos). Passes escolares até dezembro/2023 e 01 passagem aérea. Processo 08788.000123/2016-18

4) **ACT 012/2020 Funai/Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)** (SEI 2469010): apoio ao deslocamento de 111 (cento e onze) acadêmicos indígenas matriculados nos cursos de Licenciatura Intercultural e Pedagogia Intercultural da Faculdade Intercultural Indígena (Faindi/Unemat), de suas comunidades (todas no estado de Mato Grosso) até o local de embarque rodoviário. O trecho do local de embarque até a Faindi/Unemat, localizada no campus de Barra do Bugres-MT, fica sob responsabilidade da Unemat. **Orçamento executado no 1º trimestre de 2023: R\$ 1.639,45** (mil seiscentos e trinta e nove reais e quarenta e cinco centavos), referente ao apoio ao deslocamento de cursistas de Matemática Intercultural. Considere-se a formatura de parte dos acadêmicos em 2022 e à falta de demandas da universidade por apoio em deslocamentos durante o período. **Orçamento executado no 2º trimestre de 2023: R\$ 3.242,30** (três mil duzentos e quarenta e dois reais e trinta centavos) Processo 08620.002122/2020-05 e processo 08075.000503/2023-18.

Encontra-se em fase de diálogo inicial a parceria com a Universidade do Estado da Bahia - UNEB quanto ao apoio à participação indígena e colaborações técnicas da Funai referentes ao curso de Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena (LICEEI) e ao curso de e Pedagogia Intercultural em Educação Escolar Indígena, tema acompanhado também pela Coordenação Regional Baixo São Francisco - CR-BSF.

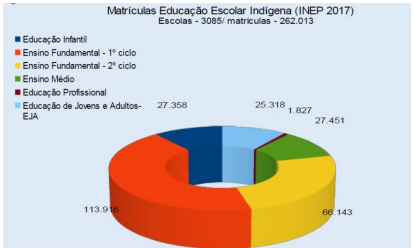
Indicadores do Censo da Educação Superior podem ser acessados no **Painel BI**, sobre o qual questionamos quanto à viabilidade de desagregação dos dados de estudantes indígenas, para nosso acompanhamento, tendo em vista que, ao acessar a função *atributos* - indicador cor/raça, alcançamos informações referentes a estudantes amarelos/indígenas.

Ensino Médio Técnico e Educação Profissional Interculturais

A Cope compreende que a celebração de instrumentos de cooperação com instituições de ensino constitui elemento fundamental para a indução e aperfeiçoamento de políticas públicas voltadas à educação indígena, uma vez que propõem demonstrar alternativas viáveis para a oferta de educação profissional específica, diferenciada e de qualidade, que atenda aos projetos societários dos povos indígenas, num cenário em que é muito raro que seja ofertado o Ensino Médio às comunidades indígenas, como ciclo final da Educação Básica, conforme preconiza a legislação vigente.

Nota-se que o acesso ao Ensino Médio é um grande gargalo da oferta de Educação Escolar Indígena em todo o território nacional, devido à falta de escolas nas aldeias, às dificuldades de deslocamento para as cidades e de adaptação dos estudantes em centros urbanos e à inadequação das propostas dessas escolas, dentre outras particularidades regionais e locais. Este quadro é agravado na região amazônica, por vezes sob o argumento da complexidade logística para a prestação de serviços e o fornecimento de bens, assim como para a construção de estruturas prediais para as escolas nas comunidades indígenas. Em consequência, verifica-se que o índice de sub matrícula é ainda maior quando tratamos da oferta de Ensino Médio Técnico, demandado pelos povos indígenas como mais uma opção de acesso à profissionalização e alternativa para contribuir com a autonomia de suas comunidades

Dados do Censo Escolar do INEP apresentam as condições físicas, de instalações e funcionamento das escolas indígenas com grande quantitativo de unidades escolares sem prédio ou em condições precárias. Da mesma forma, observa-se também o baixo número de matrículas de indígenas no Ensino Médio, devido à oferta insuficiente de escolas de Ensino Médio nas Terras Indígenas. Conforme dados da Sinopse Estatística da Educação Superior (INEP 2018), são 57.706 matrículas de pessoas autodeclaradas indígenas, sendo 15.450 em Instituições Públicas. Observa-se uma situação paradoxal quando comparado ao número de matrículas no Ensino Médio, mostrando contradições estruturais na prioridade das políticas de educação para os povos indígenas, conforme se observa abaixo:



Nesse sentido, mediante diálogos voltados à implantação de cursos de educação profissional, de diferentes modalidades, com ênfase no Ensino Médio Técnico, a Cope/CGPC, no exercício de induzir à construção de política pública específica, vem consolidando as propostas de formalização de Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) com os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (Institutos Federais), que visam contribuir na criação de políticas de educação profissional, observando as especificidades dos povos indígenas e seus projetos de autonomia e sustentabilidade, bem como melhorar as condições de acesso de jovens e adultos indígenas à educação profissional. O objetivo dos diálogos com os Institutos Federais é o de desenvolver projetos pilotos de educação intercultural, com a oferta de cursos específicos que preveem o envolvimento dos campi distribuídos em municípios próximos às comunidades indígenas.

A primeira parceria foi a oferta do Projeto Iboareb de Formação Integral Mundurucu, colaboração entre Funai e o campus de Itaituba-PA do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) que, entre os anos de 2009 e 2016, formou 210 (duzentos e dez) estudantes Mundurucu do Médio e do Alto Tapajós nos cursos de Ensino Médio Técnico em Agroecologia, Enfermagem e Magistério interculturais.

A efetivação de um curso no contexto de uma Terra Indígena exige uma logística complexa, a qual os Institutos Federais ainda não têm estrutura para subsidiar sem o apoio concreto da Funai. Destacamos na questão logística os quesitos: transporte, incluindo o combustível e a prestação de serviço de condutor, visto que o transporte em Terras Indígenas na região norte, na qual contamos com ACTs vigentes, em grande parte se dá por via fluvial. Cabe ressaltar que a Funai também disponibiliza suporte e assessoria técnica em diversas questões ligadas ao campo do indigenismo e ao diálogo necessário para a construção de um projeto intercultural, aspectos que constituem importante aprendizado para os profissionais dos Institutos Federais, no contato prático com os princípios da Educação Escolar Indígena, específica, diferenciada, multicultural e bilíngue, conforme estabelecido na legislação vigente. No âmbito de colaborações técnicas da Cope/CGPC e Coordenações Regionais envolvidas, ao longo dos processos de concepção e implementação dos cursos decorrentes dos ACTs com os Institutos Federais, apoiamos a promoção da participação dos indígenas nas discussões das propostas e avaliação dos cursos, e viabilizamos que os módulos dos cursos sejam realizados nas comunidades indígenas, por meio do apoio ao deslocamento de docentes às aldeias, uma vez que os Institutos Federais de Educação ainda não contam com linha de fomento para essa natureza de despesa.

Acordos de Cooperação Técnica referentes ao ensino profissionalizante vigentes e respectivos compromissos assumidos pela Funai:

1) **ACT s/n/2019 Funai e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA** (SEI 1679006): apoio à formação de 101 (cento e um) estudantes do povo Parakanã matriculados nos cursos Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio e Técnico em Magistério Integrado ao Ensino Médio oferecidos pelo campus Rural de Marabá/IFPA, por meio do fomento de deslocamentos dos estudantes entre aldeias e apoio ao deslocamento dos docentes do IFPA às aldeias, uma vez que os Institutos Federais de Educação ainda não contam com linha de fomento para essa natureza de deslocamento. Orçamento executado no 1º trimestre de 2023: **R\$ 11.504,50** (onze mil quinhentos e quatro reais e cinquenta centavos), referente aos custos com reuniões da Coordenação Regional Baixo Tocantins com os Parakanã deslocamentos de professores do IFPA e servidores da Funai à T.I. Parakanã para reuniões e oferta dos módulos dos cursos de Agroecologia e Magistério Indígena. Orçamento executado no 2º trimestre de 2023: **sem execução orçamentária**. Processo 08620.001072/2011-40

2) **ACT nº 43/2021 Funai e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas-IFAM**: assinado pela Presidência da Funai em 17 de janeiro de 2022, ainda não iniciou-se a execução do Plano de Trabalho (SEI nº 3695768), que prevê o apoio ao deslocamento dos docentes do IFAM à T.I. Jarawara, para ministrar o curso de Ensino Médio Técnico em Floresta Jarawara, na modalidade PROEJA, até a conclusão do curso. O Plano de Trabalho trata-se da continuidade do apoio até então solicitado nos Planos Anuais de Trabalho da Coordenação Regional Médio Purus (CR-MPUR) submetidos à aprovação da Cope/CGPC. **Orçamento executado no 1º trimestre de 2023: R\$ 19.461,60** (dezenove mil quatrocentos e sessenta e um reais e sessenta centavos). **Orçamento executado no 2º trimestre de 2023: R\$ 14.677,80** (quatorze mil seiscentos e setenta e sete reais e oitenta centavos), referente ao deslocamento dos estudantes até o campus do IFAM em Lábrea. Processo 08116.000023/2020-81

Encontra-se em andamento diálogos técnicos para a proposição de Acordos de Cooperação com os Institutos Federais de Rondônia (IFRO), do Maranhão (IFMA), da Bahia (IFBA) e de Tocantins (IFTO).

5.3.2 Apresentação dos pontos positivos na execução do projeto

Diante das questões enfrentadas, no que se refere à execução do ACT Funai/IFPA, avalia-se que a boa articulação interinstitucional favoreceu a realização dos trabalhos, o que nos leva a registrar o grande empenho da Coordenação Regional de Baixo Tocantins (CR-BTO) para a devida concretização do planejamento, apesar das dificuldades logísticas, de infraestrutura e de pessoal que enfrenta. Para o próximo trimestre, espera-se contar com circunstâncias externas mais favoráveis para o andamento dos cursos, visto que a confiança entre o IFPA e os indígenas foi estabelecida, e os mesmos encontram-se satisfeitos com os cursos e com as estruturas físicas de boa qualidade proporcionadas pelo Programa Parakanã para execução das aulas na Terra Indígena.

5.3.3 Apresentação dos pontos negativos na execução do projeto
No contexto do Curso de Florestas Jarawara, professores do IFAM campus de Lábrea-AM vêm se queixando de dificuldades quanto à inexistência de infraestrutura de alojamento adequada nas comunidades, questão que vimos dialogando na busca de alternativas de melhoria de condições de trabalho.

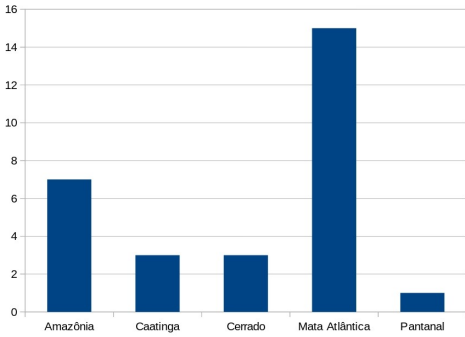
CA

6. ANÁLISE DO RESULTADO DO PERÍODO										
<i>Apresentar informações qualitativas de análise do resultado, descrevendo situações que que impactaram positiva ou negativamente o resultado. Poderão ser apresentados gráficos, imagens, tabelas, mapas e outros recursos visuais, elaborados a critério da unidade coordenadora da política.</i>										
6.1 Apresentação das principais entregas da política no período										
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA										
Mês de referência	Macrorregião /Biom	UF/CR	Município /Terra Indígena	Processo	Ação/Projeto	Povos envolvidos	Público alvo	Data da realização	Custo (RS) e PI	Documentos relacionados
mai	Nordeste / Amazônia / Cerrado / Caatinga	MA / CR-MA	Município de Imperatriz-MA / Terras Indígenas localizadas no estado do Maranhão	08763.000480/2023-93	Oficina de capacitação sobre programas de manutenção escolar - Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE) e Caminhos da Escola	Povos indígenas atendidos na jurisdição da CR-NEI-I	Servidores da Funai e indígenas Gestores escolares e Lideranças	De 18 a 19 de maio	RS 40.901,84 / PI 66APE	PAT SEI nº 5173134, RAE SEI nº 528764
mai	Nordeste/Caatinga e Mata Atlântica	AL / CR-NE-I	Município de Maceió-AL/ Terras Indígenas localizadas nos Estados de Alagoas e Sergipe	08768.000594/2023-93	Oficina de capacitação sobre programas de manutenção escolar - Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE) e Caminhos da Escola.	Povos indígenas atendidos na jurisdição da CR-NEI-I	Servidores da Funai e indígenas Gestores escolares e Lideranças	De 08 a 09 de maio	RS 41.143,27 PI 66APE	PAT SEI nº 5137017; RAE SEI nº 5251101 e outros
mai	Nordeste / Mata Atlântica	BA / CR-BSF	Município de Salvador-BA - Terras Indígenas jurisdicionadas à CR-BSF	08774.000165/2023-37	Oficina de capacitação sobre programas de manutenção escolar - Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE) e Caminhos da Escola.	Povos indígenas atendidos na jurisdição da CR-BSF	Servidores da CR-BSF e indígenas gestores escolares e lideranças	De 23 a 24 de maio de 2023	RS 24.292,84 PI66 APE	PAT SEI nº 5174402 RAE SEI nº 5240530
mai	Nordeste / Mata Atlântica	BA / CR-SBA	Município de Salvador-BA - Terras Indígenas jurisdicionadas à CR-SBA	08067.000724/2023-95	Oficina de capacitação sobre programas de manutenção escolar - Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE) e Caminhos da Escola.	Povos indígenas atendidos na jurisdição da CR-SBA	Servidores da CR-SBA e indígenas gestores escolares e lideranças	De 23 a 24 de maio de 2023	RS 10.649,89 PI 66APE	Ofício 12/2023/CR-SBA RAE SEI nº 5270646
mai	Centro-oeste / cerrado	MT / CR-XAV	Município de Barra do Garças - Terras Indígenas jurisdicionadas à CR-XAV	08746.000457/2023-15 e 08746.000565/2023-80	Oficina de capacitação sobre programas de manutenção escolar - Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE) e Caminhos da Escola.	Xavante	Servidores da Funai e indígenas Gestores escolares e Lideranças	De 29 a 30 de maio de 2023	RS30.825,70 PI 66APE	PAT SEI nº 5183794, RAE SEI nº 5427106
jun	Centro-oeste / Amazônia	MT / CR-XIN	Município de Canarana-MT / Terra Indígena Parque do Xingu (cód 33801), . T.I. Wawí (cód 49801), T.I. Batovi (cód 83) e T.I. Pequizal do Naruvótú (cód 55201)	08075.000364/2023-22	Oficina de capacitação sobre programas de manutenção escolar - Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE) e Caminhos da Escola	Povos indígenas atendidos na jurisdição da CR-XIN	Servidores da Funai e Indígenas Gestores escolares e Lideranças	De 01 a 02 de junho de 2023	RS 36.766,57 PI 66APE	PAT CR-XIN CR-XIN SEI nº 5139477; RAE SEI nº 5534530
jun	Centro-oeste / Amazônia, Cerrado e Pantanal	MT / CR-CGB	Município de Cuiabá-MT	08755.001372/2023-37	Oficina de capacitação sobre programas de manutenção escolar - Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE) e Caminhos da Escola.	Povos indígenas atendidos na jurisdição da CR-CGB	Servidores da Funai e indígenas Gestores escolares e Lideranças	De 06 a 07 de junho	RS 36.279,55 PI 66APE	PAT SEI nº 5240927 RAE SEI 5311596
jun	Nordeste / Caatinga	RN / CR-NE-II (CTL Cratiús)	Município de Fortaleza-CE	08087.000250/2023-43 e 08087.000233 /2023-14	Oficina de capacitação sobre programas de manutenção escolar - Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE) e Caminhos da Escola	Povos indígenas atendidos na jurisdição da CR-NEI-II	Servidores da Funai e indígenas gestores escolares e lideranças	De 12 a 13 de junho	RS 28.561,90 PI 66APE	Plano de Trabalho SEI nº 5168933 RAE SEI 5336251 (com fotos) Ofício APOINME SEI nº 5207858
jun	Centro-oeste / Mata Atlântica	MS / CR-CGR	Município de Dourados-MS	08752.000412/2023-53	Oficina de capacitação sobre programas de manutenção escolar - Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE) e Caminhos da Escola	Povos indígenas atendidos na jurisdição da CR-CGR	Servidores da Funai e indígenas gestores escolares e lideranças	De 15 a 16 de junho	RS 2.676,58 PI 66APE	Ofício 59/2023 /CR-CGD (SEI nº 5314009), RAEs SEI nº 5343631, SEI nº 5344462, e SEI nº 5344471. Relatório fotográfico SEI nº 5339987
jun	Centro-oeste / Mata Atlântica	MS / CR-PP	Município de Dourados-MS	08126.000249/2023-13	Oficina de capacitação sobre programas de manutenção escolar - Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE) e Caminhos da Escola	Povos indígenas atendidos na jurisdição da CR-PP	Servidores da Funai e indígenas gestores escolares e lideranças	De 15 a 16 de junho	RS 3.198,35 PI 66APE	OFÍCIO 172/2023 /CR-PP (SEI 5357490), RAE SEI nº 5339291, RAE SEI nº 5358229

jun	Centro-oeste / Mata Atlântica	MS / CR-DOU	Município de Dourados-MS	08788.000678/2023-99	Oficina de capacitação sobre programas de manutenção escolar - Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE) e Caminhos da Escola	Povos indígenas atendidos na jurisdição da CR-DOU	Servidores da Funai e indígenas gestores escolares e lideranças	De 15 a 16 de junho	RS 1.406,40 PI 66APE	RAE SEI nº 5296532, RAE SEI nº 5296532 e RAE SEI nº 5411046
jun	Sudeste / Mata Atlântica	MG / CR-MGES	Município de Belo Horizonte - MG	08759.000283/2023-33	Oficina de capacitação sobre programas de manutenção escolar - Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE) e Caminhos da Escola	Povos indígenas atendidos na jurisdição da CR-MGES	Servidores da Funai e indígenas gestores escolares	De 19 a 20 de junho	RS 13.757,30 PI 66APE	Ofício 162/2023 /SEDISC - CR-MGES/SEI 5318197); RAE SEI nº 5373600 e outros
jun	Sudeste / Mata Atlântica	SP e RJ / CR-LISE	Município de Itanhaém-SP	08122.000358/2023-62	Oficina de capacitação sobre programas de manutenção escolar - Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE) e Caminhos da Escola	Povos indígenas atendidos na jurisdição da CR-LISE	Servidores da Funai e indígenas gestores escolares e lideranças	De 22 a 23 de junho	RS 33.679,80 PI 66APE	PAT SEI nº 5273127; RAE SEI nº 5370065
jun	Nordeste / Mata Atlântica	PE / CR-BSF	Município de Recife-PE	08774.000165/2023-37	Oficina de capacitação sobre programas de manutenção escolar - Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE) e Caminhos da Escola	Povos indígenas atendidos na jurisdição da CR-BSF	Servidores da Funai e indígenas gestores escolares e lideranças	De 26 a 27 de junho	RS 16.422,84 PI 66APE	PAT SEI nº 5280621, PAT SEI nº 5304902, RAE SEI 5395541
jun	Nordeste / Mata Atlântica	BA / CR-SBA	Município de Recife-PE	08765.000296/2023-23	Oficina de capacitação sobre programas de manutenção escolar - Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE) e Caminhos da Escola	Povos indígenas atendidos na jurisdição da CR-SBA	Servidores da Funai e indígenas gestores escolares	De 26 a 27 de junho	RS 6.755,65 PI 66APE	PAT SEI nº 5269199, RAE SEI nº 5387239
jun	Nordeste / Mata Atlântica	AL e PE / CR-NE I	Município de Recife-PE	08768.000934/2023-86	Oficina de capacitação sobre programas de manutenção escolar - Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE) e Caminhos da Escola	Povos indígenas atendidos na jurisdição da CR-NEI-I	Servidores da Funai e indígenas gestores indígenas	De 26 a 27 de junho	RS 51.106,79 PI 66APE	PAT SEI nº 5281805; Despacho Cope/CGPC SEI nº 5339146 RAE SEI nº 5395441
jun	Nordeste / Amazônia	MA / CR-MA	Município de Maranhãozinho-MA / T.I. Alto Turiaçu (cód 1501)	08620.007020/2023-11	Xipa - Pedagógico Ka'apor no Jumi'e/ha renda Keruhú (Centro de Formação e Saberes Ka'apor - CFSK). Apoio à participação de professores colaboradores Munduruku e Karipuna, além de colaboração técnica da Funai	Ka'apor, Munduruku e Karipuna	Comunidade	De 28 de junho a 01 de julho	RS 11.611,94 PI 66APC	Ofício 02/2023 (SEI nº 5273865), Estatuto Centro de Formação e Saberes Ka'apor (SEI nº 5293432), RAE SEI nº 5429522
jun	Sudeste/ Mata Atlântica	RJ / CR-LISE	Município de Angra dos Reis-RJ / Terra Indígena Guarani do Brauí (cód 14401)	08122.000555/2022-09	Construção de Centro de Educação e Cultura Indígena, na aldeia Sapukai	Guarani M'bya	Comunidade	29 de junho	n.s.a	Autorização de Obras em T.I.s nº 25/2023/Cope (SEI nº 5241860)
jun	Norte / Amazônia	PA / CR-TPJ	Município de Santarém-PA	08764.000161/2023-78	Oficina de capacitação sobre programas de manutenção escolar - Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE) e Caminhos da Escola	Povos indígenas atendidos na jurisdição da CR-TPJ	Servidores da Funai e indígenas gestores escolares e lideranças	De 29 a 30 de junho	RS 62.859,80 PI 66APE	Ofício 161/2023 (SEI 5311868); Despacho Cope SEI nº 5337197 RAE SEI nº 5433781
jul	Norte / Amazônia	PA / CR-TPJ	Município de Santarém - PA	08764.000164/2023-10	III Encontro de Educação Escolar Indígena do Baixo Tapajós	Borari de Alter do Chão, Jaraki, Kumaruara, Tapuia, Munduruku Cara Preta, Munduruku, Arara Vermelha, Tapajó, Tupinambá e Arapium	Comunidade	De 03 a 07 de julho	RS 11.784,80 PI 66APE	Ofício 076/2023 Convite (SEI nº 5370940), Programação do Encontro (SEI nº5375949), Recibo nº 22/2023 (SEI nº 5409492) RAE SEI nº 5587234
jul	Centro-Oeste / Cerrado	MT / CRRC	Município de Alto Boa Vista - MT / Terra Indígena Maráiwatsédé (cód 26901)	08100.000100/2023-14	Diagnóstico da Educação Escolar Indígena na T.I. Maráiwatsédé	Xavante	Comunidade	De 03 a 21 de julho (há previsão de outras etapas)	RS 15.403,40 PI 66APE	Ofício 13/CMABV/2023 (SEI nº 4955452)PAT SEI nº 4898524 e SEI nº 5536694
jul	Sul / Mata Atlântica	RS / CR-PFD	Município de Carazinho-RS / comunidade indígena Vyí Kupri	00618.009533/2018-36	Diagnóstico da Educação Escolar Indígena junto à comunidade Vyí Kupri, na Escola Estadual Indígena Kame Mre Kanhkre e reunião com a 39ª Coordenadoria regional de Educação	Kaingang	Comunidade	De 12 a 13 de julho	RS 902,70 PI 66APE	Ofício 173/2023 /CR-PFD (SEI nº 5362530); Diagnóstico (SEI nº 5454297 - e SEI nº 5452832 - com fotos)
jul	Norte / Amazônia	PA / CR-BTO	Município de Novo Repartimento-PA / Terra Indígena Parakanã (cód 32901)	08770.000038/2023-78	Apoio à construção do projeto de livro "Oceramioitos Porongetakwera. Awaete Parakanã: Histórias que os nossos avós contavam" - Parceria com UNIFESSPA	Parakanã	Comunidade	De 16 a 22 de julho	RS 9.468,90 PI 066APE SPO (SEI Nº 5241186)	PAT SEI nº 4824737; RAE (SEI nº 5559083), registro fotográfico (SEI Nº 5490735)

jul	Centro-Oeste / Mata Atlântica	MS / CR-DOU	Município de Dourados / Reserva Indígena Dourados (cód 11101), aldeia Bororó	08788.000335/2023-24	Construção da Escola Estadual na aldeia Bororó (O nome da escola será escolhido pelos indígenas assim que inaugurada)	Guarani Nhandeva, Kaiowá e Terena	Comunidade	De 26 de julho de 2023	n.s.a	Autorização de Obras em T.I.s nº 29/2023/Cope (SEI 5474703), de 26/07/2023
jul	Norte/Amazônia	MT / CR-NMT	Município de Guarantã do Norte/ T.I. Panará (cód 32201)	08620.005473/2023-11 e 08620.010026/2022-94	Construção da Escola Municipal Matukre, na Aldeia Nassepotiti,	Panará	Comunidade	29 de julho	n.s.a	Autorização de Obras em T.I.s nº 27/2023 (SEI nº 5470533), de 29/07/2023

CONSOLIDADO						
Macrorregiões/número de ações e projetos	Biomás	Estados/Coordenações Regionais		Municípios/Terras Indígenas	Povos indígenas	Custo Total (RS)
Centro-oeste: 07 Nordeste: 10 Norte: 04 Sudeste: 03 Sul: 01	Amazônia: 07 Caatinga: 03 Cerrado: 03 Mata Atlântica: 15 Pantana l: 01	AL / CR-NE-I BA / CR-BSF e CR-SBA CE / CR-NE-II MA / CR-MA MG / CR-MGES MS / CR-CGR, CR-DOU e CR-PP MT / CR-CGB, CR-NMT, CR-RC, CR-XAV, CR-XIN, PA / CR-BTO e CR-TPJ RJ / CR-LISE RS / CR-PFD SP / CR-LISE		AL: Município de Maceió; BA: Município de Salvador; CE: Município de Fortaleza; MA: Município de Maranhãozinho / <i>T.I. Alto Turiacu (cód 1501)</i> ; Município de Imperatriz, MG: Município de Belo Horizonte MS: Município de Dourados; <i>Reserva Indígena Dourados (cód 11101)</i> MT: Município de Barra do Garças; Alto Boa Vista - MT / <i>T.I. Marãwatsédé (cód 26901)</i> ; Canarana; Cuiabá, Guarantã do Norte/ <i>T.I. Panará (cód 32201)</i> ; PA: Municípios de Santarém; e Novo Repartimento / <i>T.I. Parakanã (cód 32901)</i> ; PE: Município de Recife; RJ: Município de Angra dos Reis-RJ / <i>T.I. Guarani do Bracuí (cód 14401)</i> ; RS: Município de Carazinho-RS / <i>Comunidade Vyj Kuari</i> ; SP: Município de Itanhaém	11 povos Xavante, Panará, Canela Memortumré, Ka'apór, Guarani M'bya, Guarani Nhandeva, Guarani Kaiowá, Terena, Karipuna e Munduruku Kaingang	R\$ 482.943,74



Indicador Interno 1 - Educação Escolar Indígena por Bioma

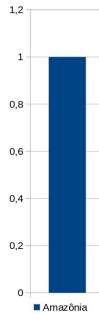


Oficina do FNDE sobre os programas de manutenção escolar PDDE e PNATE
Gestora de Escola Indígena do Estado do Ceará
Coordenação Regional Nordeste II



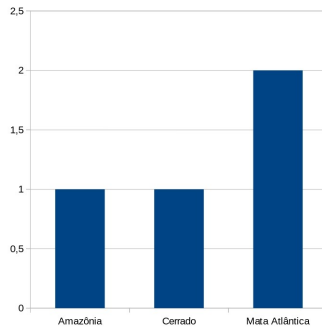
Visita Técnica da Coordenação Regional de Passo Fundo à Escola Estadual Indígena Kame Mre Manhkr, da comunidade Vyj Kupri - povo indígena Kaingang

ENSINO MÉDIO TÉCNICO										
Mês de referência	Macrorregião/Bioma	UF/CR	Município/Terra Indígena	Processo	Ação/Projeto	Povos envolvidos	Público alvo	Data da realização	Custo (RS) e PI	Documentos relacionados
jul	Norte / Amazônia	AM / CR-MPUR	Municípios de Lábrea e Tapauá-AM/T.I. Jarawara/Jamamadi /Kanamanti (cód. 19001)	08116.000232/2017-29	Apoio à etapa do Curso Técnico em Floresta ofertado aos Jarawara	Jarawara	23 Estudantes Jarawara	De 31 de julho a 11 de agosto	RS 14.677,80 PI 66APE	Informação Técnica nº 1/2023/Sedise - CR-Mpur (SEI nº 5512503); RAE SEI nº 5568552
CONSOLIDADO										
Macrorregiões/número de ações e projetos		Biomás	Estados/Coordenações Regionais		Municípios/Terras Indígenas			Povos indígenas	Custo Total (RS)	
Norte: 01		Amazônia: 01	AM / CR-MPUR		AM: Municípios de Lábrea e Tapauá-AM/T.I. Jarawara/Jamamadi/Kanamanti (cód. 19001)			01 povos Jarawara	RS 14.677,80	



Indicador Interno 2 - Ensino Médio Técnico por Bioma

VALORIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE LÍNGUAS										
Mês de referência	Macrorregião/Bioma	UF/CR	Município/Terra Indígena	Processo	Ação/Projeto	Povos envolvidos	Público alvo	Data da realização	Custo (RS) e PI	Documentos relacionados
jun	Nordeste / Mata Atlântica	PB / CR-JPA	Município de Baía da Traição / TI - Potiguara (cód 36901)	08765.000193/2023-63	Projeto ANAMA módulo 2 - O Tupi como Língua Potiguara	Potiguara	Comunidade	17 de junho	descentralizado em outra atividade	PAT SEI nº 5033172, Informação Técnica nº 52/2023/COPE (SEI nº 5086353), RAE SEI nº SEI nº 5341954
jun	Sudeste / Mata Atlântica	SP / CR-LISE	Município de Avai-SP /T.I. Araribá (cód 3501)	08122.000183/2023-93	Apoio à realização da 4ª Oficina de Revitalização da Língua Terena em São Paulo - deslocamento de linguistas da Unicamp e UFMG	Terena	Comunidade	De 19 a 24 de junho	RS 42.171,60 PI 66APC	PAT SEI nº 5004810; Programação SEI nº 5112388; Ofício nº 8 CG/KAMURI SEI nº 5212378, RAE SEI nº 5421382 e outros
jun	Norte / Amazônia	AP / CR-ANP	Município do Oiapoque-AP / T.I. Uaçá (cód 47601) Aldeia Manga	08767.000062/2022-85	Projeto oficinas de formação em língua indígena - Kheuól Karipuna	Karipuna	Comunidade	De 31 de maio a 03 de junho e de 20 a 21de junho	RS 4.212,60 PI 66APC	Ofício nº 53 (SEI nº 5313993); Carta da Associação Indígena do Povo Karipuna (AIKA) (SEI nº 5313975), RAE SEI nº 5362571 e 5363514; Relatório Fotográfico (SEI nº 5368388)
jun	Norte / Cerrado	TO / CR-ATO	Município de Lagoa da Confusão - TO e Itacajá - TO / Terra Indígena Krahô-Kanela (cód 62301), e Terra Indígena Krahôlândia (cód 23301)	08743.000151/2023-81	Projeto de Intercâmbio Cultural e Linguístico entre o Povo Krahô Kanela da Aldeia Catãmjê e os Krahô da Aldeia Manoel Alves Pequeno, com a participação de 10 indígenas do povo Warao	Krahô, Krahô Kanela e Warao	Comunidades	De 27 a 29 de junho	RS 68.905,40 PI 66APC	PAT SEI nº 5086366 Informação Técnica nº 64/2023/COPE/CGPC/DPDS-FUNAI (SEI 5124975) RAE SEI nº 5449162 e RAE fotográfico SEI nº 5449005
CONSOLIDADO										
Macrorregiões/número de ações e projetos		Biomias	Estados/Coordenações Regionais	Municípios/Terras Indígenas			Povos indígenas		Custo Total (RS)	
Nordeste: 01 Norte: 02 Sudeste: 01		Amazônia: 01 Cerrado: 01 Mata Atlântica:02	AP / CR-ANP PB / CR-JPA SP / CR-LISE TO / CR-ATO	AP: Município do Oiapoque-AP / T.I. Uaçá (cód 47601); PB: Município de Baía da Traição / T.I. Potiguara (cód 36901) SP: Município de Avai-SP /T.I. Araribá (cód 3501) TO: Município de Lagoa da Confusão - TO e Itacajá - TO / Terra Indígena Krahô-Kanela (cód 62301), e Terra Indígena Krahôlândia (cód 23301)			06 povos Karipuna, Krahô, Krahô-Kanela, Potiguara, Terena e Warao		R\$ 115.289,60	



Indicador Interno 3 - Valorização e Revitalização de Línguas por Bioma



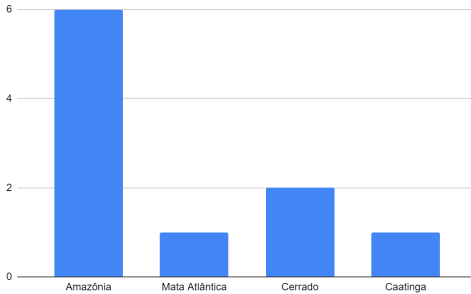
Produção dos materiais para a confecção dos banners da Oficina de formação em Língua Indígena - Kheuôl Karipuna



Intercâmbio Cultural e Linguístico entre o Povo Krahô Kanela da Aldeia Catimjê e os Krahô da Aldeia Manoel Alves Pequeno

PARTICIPAÇÃO SOCIAL										
Mês de referência	Macrorregião/Bioma	UF/CR	Município/Terra Indígena	Processo	Ação/Projeto	Povos envolvidos	Público alvo	Data da realização	Custo (R\$) e PI	Documentos relacionados
mai	Nordeste / Caatinga	PE / CR-JPA	Município de Pesqueira-PE / Terra Indígena, Aldeia Pedra D'Água,	08765.000193/2023-63	23ª Assembleia do Povo Xukuru do Ororubá	Xukuru, Potiguara, e Tabajara	Comunidade	De 17 a 20 de maio	R\$ 60.837,90 PI 66APO	PAT SEI nº 5033172, RAE SEI nº 5232733 Registros fotográficos (SEI nº 5233886 e SEI nº 5233955)
mai	Norte/Amazônia	AP/CR-ANP	Município de Oiapoque-AC / T.I. Uaçá (cód. 47601), T.I. Galibi (cód. 13301) e T.I. Juminá (cód. 19701), aldeia Kumaramã	08767.000082/2023-37	Conselho de Caciques dos Povos Indígenas de Oiapoque	Povo Galibi Kalí'na, Galibi Marworno, Karipuna e Palikur	Comunidade	De 22 a 27 de maio	R\$ 9.925,85 PI 66APO	PAT SEI nº 5195006, RAE SEI nº 5239553
mai	Norte/Amazônia	AM / CR-JUR	Município de Feijó-AM / Terras Indígenas Katuquina/Kaxinawá, Aldeia Paró	08197.000092/2023-84	Assembleia dos Povos Indígenas do Envira-OPIRE	Shanenawá e Huni Kuin	Comunidade	De 24 a 26 de maio	R\$ 6.874,05 PI 66APO	Ofício 004/2023/OPIRE (SEI nº 5176340), Ofício 12/2023/CR-JUR (SEI nº 5176364), RAE SEI nº 5273953
mai	Centro-Oeste/Cerrado	MT/CR-NOMT	Municípios de Comodoro/ Juína -MT / T.I. Enawenê-Nawê, aldeias Kotakowinakwa/Doloiwikwa e Koliñakwa	08789.000017/2023-53	Ritual Yaokwa	Enawenê-Nawê	Comunidade	25 de maio	Descentralizado em outra atividade	PAT SEI nº 4853980, Ata reunião Enawenê 24/05/2023 (SEI nº 5243965) e RAE SEI nº 5243979
jul	Norte/Amazônia	AM / CR-AS	Município de São Paulo de Olivença-AM / Terra Indígena, comunidade de Santa Maria da Colônia	08782.000601/2023-79	V Assembleia Geral dos Movimentos do Povo Kokama	Kokama	Comunidade	De 02 a 06 de julho	R\$ 58.620,90 PI 66APO	Of. Conj nº 03/2023-OGCCIPK /TKRK/MPKK (SEI nº 5043155); PAT SEI nº 5037210, RAE SEI nº 5439084
jul	Norte / Amazônia	AM / CR-AS	Município de Santo Antônio do Itá / Terras Indígenas Betânia (c' d), Umariáçu, Comunidade Indígena Magüta/Tikuna Vila Betânia-Mecutirane	08782.001448/2023-05	1ª Conferência dos Jovens Indígenas - COJIARS/ARS-AM	Ticuna	jovens	De 16 a 16 de julho	R\$ 25.900,00 PI 66APO	PAT SEI nº 5304629, RAE SEI nº 5483010
jul	Norte/Amazônia	AM / CR-APUR	Município de Boca do Acre-AM / Terra Indígena Camicua, Aldeia Camicua	08779.000662/2023-95	Titual xingané ou kymry	Apurinã	Comunidade	21 de julho	R\$ 6.704,50 PI 66APO	PAT SEI nº 5430126, RAE SEI nº 5500764
jul	Norte / Amazônia	AM / CR-MD	Município de Mannicoré-AM / Terra Indígena Mura Capanã	08113.000047/2023-11	II Assembleia da Associação dos povos Mura e Munduruku do Lago Capanã - APILCamm	Mura e Munduruku	Comunidade	De 21 a 22 de julho	R\$ 30.000,00 PI 66APO	PAT SEI nº 5411392, Convite APILCamm (SEI nº 5450795), RAE SEI nº 5505601
mai	Centro Oeste / Cerrado	MT / CR-RC	Município de Alto Boa Vista - MT / Terra Indígena Marãiwatsédé (cód)	08100.000068/2023-77	Ritual de Furação de Orelha	Xavante	Jovens	De 29 de maio a 01 de junho	R\$ 51.702,50 PI 66APO	PAT SEI nº 4895145
jul	Nordeste / Mata Atlântica	PB / CR-JPA	Município de Marcação-PB	08765.000193/2023-63	Águas Potiguara e Laboratório de Roteiros Potiguara: formando realizadores de audiovisual Potiguara	Potiguara	Comunidade	21 a 23 de julho	R\$ 3.952,71 PI 66APO	PAT SEI nº 5019176

CONSOLIDADO					
Macrorregiões/número de ações e projetos	Biomas	Estados/Coordenações Regionais	Municípios/Terras Indígenas	Povos indígenas	Custo Total (R\$)
Norte 6 Centro-Oeste 2 Nordeste 2	Amazônia: 06 Cerrado: 02 Mata Atlântica: 01 Caatinga: 01	AP / CR-ANP AM/ CR-JUR, CR-AS, CR-APUR, CR-MD MT / CR-RC e CR-NOMT PB/ CR-JPA PE/ CR-JPA	Município de Pesqueira-PE / Terra Indígena, Aldeia Pedra D'Água Município de Oiapoque-AC / T.I. Uaçá (cód 47601), T.I. Galibi (cód 13301) e T.I. Juminá (cód 19701) Município de Feijó-AM / Terras Indígenas Katuquina/Kaxinawá, Aldeia Paró Municípios de Comodoro/ Juína -MT / T.I. Enawenê-Nawê, aldeias Kotakowinakwa/Doloiwikwa e Koliñakwa Município de São Paulo de Olivença-AM / Terra Indígena, comunidade de Santa Maria da Colônia Município de Santo Antônio do Itá / Terras Indígenas Betânia (c' d), Umariáçu, Comunidade Indígena Magüta/Tikuna Vila Betânia-Mecutirane Município de Boca do Acre-AM / Terra Indígena Camicua, Aldeia Camicua Município de Mannicoré-AM / Terra Indígena Mura Capanã Município de Alto Boa Vista - MT / Terra Indígena Marãiwatsédé (cód) Município de Marcação-PB /	17 povos Xukuru, Potiguara, Tabajara, Xavante, Mura, Munduruku, Apurinã, Ticuna, Kokama, Enawenê-Nawê, Shanenawá, Huni Kuin, Povo Galibi Kalí'na, Galibi Marworno, Karipuna e Palikur.	R\$ 254.518,41





23ª Assembleia do Povo Xukuru do Ororubá



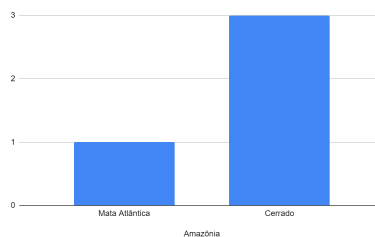
II Assembleia da Associação dos povos Mura e Mundurucu do Lago Capanã - APILCamm

VALORIZAÇÃO DA INFÂNCIA EM CONTEXTO DE CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA										
Mês de referência	Macrorregião/Bioma	UF/CR	Município/Terra Indígena	Processo	Ação/Projeto	Povos envolvidos	Público alvo	Data da realização	Custo (R\$) e PI	Documentos relacionados
jun	Centro Oeste/Cerrado	MS/CR DOU	Dourados-MS	restrito	Reinserção familiar	Guarani Kaiowá	criança	05/06/2023	xxxx	restrito
jun	Centro Oeste/Cerrado	MS/CR DOU	Dourados-MS	restrito	Estudo Social	Guarani Kaiowá	criança	01/06/2023	xxxx	restrito
jun	Nordeste/Caatinga	PB/CR JPA	Campina Grande-PB	restrito	Visita técnica	Warao	criança	23/06/2023	xxxx	restrito
julh	Nordeste/Caatinga	PI/CR-NEII	Teresina-PI	restrito	Estudo Social	Warao	criança	06/07/2023	xxxx	restrito

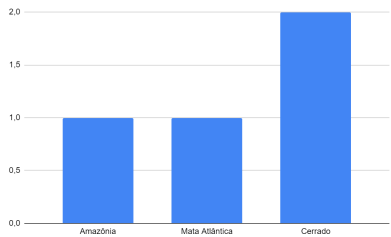
CONSOLIDADO					
Macrorregiões/número de ações e projetos	Biomias	Estados/Coordenações Regionais	Municípios/Terras Indígenas	Povos indígenas	Custo Total (R\$)
Centro-Oeste:02 Nordeste: 02	Caatinga: 02 Cerrado: 02	PI / CR-NE-II MS / CR-DOU PB / CR-JPA	PI: Teresina MS: Dourados PB: Campina Grande	02 povos Guarani Kaiowá e Warao	n.s.a

PROMOÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PROTAGONISMO DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO E DECISÃO POLÍTICA										
Mês de referência	Macrorregião/Bioma	UF/CR	Município/Terra Indígena	Processo	Ação/Projeto	Povos envolvidos	Público alvo	Data da realização	Custo (R\$) e PI	Documentos relacionados
jul	Centro Oeste/Cerrado	MT / CR- NOMT	Município de Juina-MT / T.I. Enawenê-Nawê, aldeia Kotakowinakwa/Doloiwikwa	08789.000042/2023-37	Ritual Kateoko	Enawenê-Nawê	Mulheres	De 18 a 20 de julho	R\$ 61.803,60 PI 66PMI	PAT SEI nº 5005635, RAE SEI nº SEI nº 5478586, RAE fotográfico SEI nº 5479181
jul	Centro Oeste/ Cerrado	MT / CR-RC	Município de Nova Nazaré / Terra Indígena Arêões	08100.000068/2023-77	Encontro de Mulheres	Xavante	Mulheres	De 03 a 07 de julho	R\$ 33.356,10 PI 99900VPMI	PAT SEI nº 4901742 RAE SEI nº 5426457
jul	Nordeste / Mata Atlântica	PB/CR-JPA	Município de Marcação-PB / Terra Indígena Potiguara	08765.000193/2023-63	Encontro de Mulheres Potiguara	Potiguara	Mulheres	14, 15 e 16 de julho	R\$ 11.252,31 PI 99900VPMI	PAT SEI nº 5019176, Informação Técnica 33/2023 /Cogen (SEI nº 5239391)
ju	Centro Oeste/ Cerrado	MT/CR- Cuiabá	Município Tangará da Serra - MT, Terra Indígena Juininha.	08755.000401/2023-43	1º Encontro de Mulheres Indígenas Paresi	Paresi	Mulheres	20,21,22 e 23 de junho	R\$ 14.399,97 PI 99900VPMI	Plano Anual de Trabalho CGPC CTL - Tangara da Serra (SEI nº 5035292)

CONSOLIDADO					
Macrorregiões/número de ações e projetos	Biomias	Estados/Coordenações Regionais	Municípios/Terras Indígenas	Povos indígenas	Custo Total (R\$)
Centro-Oeste 3 Nordeste 1	Cerrado 3 Mata Atlântica 1	MT/CR NOMT MT / CR RC PB/CR JPA MT/CR Cuiabá	Município de Juina-MT / T.I. Enawenê-Nawê, aldeia Kotakowinakwa/Doloiwikwa Município de Nova Nazaré / Terra Indígena Arêões Município de Marcação-PB / Terra Indígena Potiguara Município Tangará da Serra - MT, Terra Indígena Juininha.	4 povos Enawenê-Nawê, Xavante, Potiguara e Paresi	120.811,98



QUALIFICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AOS POVOS INDÍGENAS										
Mês de referência	Macrorregião/Bioma	UF/CR	Município/Terra Indígena	Processo	Ação/Projeto	Povos envolvidos	Público alvo	Data da realização	Custo (R\$) e PI	Documentos relacionados
jun	Sul / Mata Atlântica	RS / CR-PFD	Município de Carazinho-RS /Comunidade Vyi Kupri	00618.009533/2018-36	ACP 5001374-70/2018.4.04.71118 - Construção da Escola Estadual Indígena Kame Mre Kanhkre, para os indígenas da Comunidade Vyi Kupri, no Município de Carazinho/RS. Atuação da Funai - construção de escola em T.I. não demarcada	Kaingang	Comunidade	22 de junho	n.s.a.	Informação Técnica nº 125/2023/COPE (SEI nº 5356158)
jul	Norte / Amazônia - abrangência nacional	AM / Cope	Município de Manaus-AM	08620.007872/2023-16	Participar da Oficina de formação da UNICEF do projeto "Trajetórias de Sucesso Escolar Povos Indígenas", com a temática	diversos	Comunidades	De 05 a 07 de julho	Total R\$ 9.438,84 PI 66OPA	Proposta Formação EEI Infâncias e Enfrentamento ao Racismo (5350184), Resultado Fase Diagnóstica TSE (5350309), RAE SEI nº 5456979 e RAE SEI nº 5460126

					"Infâncias, Direitos e Enfrentamento ao Racismo na Educação Escolar Indígena"					
Jul	Centro-oeste/Cerrado	MT/CR- Xav	Município de Barra do Garças - MT	08746.000686/2023-21	Programa de Formação de Promotores Indígenas de Direitos Humanos em parceria com o MDHC	Xavante	Comunidade	De 10 a 14 de julho	Total RS 40.239,00 PI APD	Plano Anual de Trabalho CGPC Sedise - CR-XAV (SEI nº 5220184)
Jul	Centro-oeste/Cerrado	MS/CR-Dourados e Ponta Porã	Município de Dourados - MT	08788.001476/2022-83 08126.000387/2022-11	Programa de Formação de Promotores Indígenas de Direitos Humanos em parceria com o MDHC	Guarani-Kaiowá	Comunidade	De 24 a 28 de julho	Total RS 19.942,05 PI APD	Ofício 195 (SEI nº 5462580) Plano de Trabalho Sedise - CR-DOU (SEI nº 5468890)
CONSOLIDADO										
Macrorregiões/número de ações e projetos			Biomás	Estados/Coordenações Regionais		Municípios/Terras Indígenas			Povos indígenas	Custo Total (RS)
Norte 01 Sul 01 Centro-Oeste 02			Amazônia: 01 Mata Atlântica: 01 Cerrado: 02	AM / Cope RS / CR-PFD MS/CR- Dou e Ponta Porã MT/CR-Xav		AM: Município de Manaus RS: Município de Carazinho/Comunidade Vyi Kupri MS: Município de Dourados MT: Município de Barra do Garças			Diversos	R\$ 69.619,89
										
6.2 Apresentação dos pontos positivos durante a execução										
<p>i) Foi finalizada a Auditoria RA 36, cujo objeto é a atuação da Funai na implementação de políticas públicas de educação escolar indígena. A Auditoria da Funai (AUDIN) selecionou 3 grandes temas para apresentarmos nossa atuação: EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA (Solicitação de Auditoria nº nº 004/036 SEI nº 5001090 e respondida na Informação Técnica nº 62/2023/COPE/CGPC/DPDS-FUNAI SEO nº 5118652); ENSINO SUPERIOR (Solicitação de Auditoria nº nº 005/036 SEI nº 5031481, respondida na Informação Técnica nº 63/2023/COPE/CGPC/DPDS-FUNAI SEI nº 5120394); ENSINO MÉDIO TÉCNICO ESPECÍFICO (Solicitação de Auditoria nº nº 006/036 SEI nº 5031487, respondida na Informação Técnica nº 44/2023/COPE/CGPC/DPDS-FUNAI SEI nº 5044056). Vale salientar que as solicitações da Auditoria tiveram como base também os Relatórios de Monitoramento Trimestrais dos anos de 2021 e 2022, dos quais coletamos grande parte das informações para nossas manifestações. No Relatório de Auditoria RA-036 (SEI nº 5502595 e Anexo SEI nº5488116), a AUDIN apresenta 10 recomendações para melhorias dos trabalhos da Cope, com prazo de entrega de até 31/10/2023:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Elaborar e divulgar fluxos e instrumentos, com detalhamento de responsabilidades, sobre os procedimentos de qualificação da EEI em seus diferentes temas, inclusive com a divulgação de todos os demais atores institucionais que podem auxiliar no cumprimento do papel institucional da Funai;2. Intensificar a orientação e a coordenação com atores estaduais, municipais e federais, para que estes solicitem apoio técnico à Funai no caso do atendimento de estudantes indígenas;3. Estudar possibilidades de melhorias das legislações em vigor, a fim de garantir a participação da Funai nas instâncias de decisão e operacionalização da política de EEI;4. Realizar capacitação das equipes de trabalho atuantes na qualificação e monitoramento da política de EEI, seja no planejamento interno da Funai, seja por meio de parcerias com outros órgãos executores da política pública;5. Estabelecer cronograma formal para elaboração do Diagnóstico da Educação Escolar Indígena, a fim de garantir prospecção de dados sob domínio da Funai, com melhores categorias de análise da política de EEI;6. Realizar estudo e elaboração de fluxo e rotina de trabalho para lançamento dos dados coletados nos sistemas disponíveis;7. Instituir metodologia, instrumento, responsabilidades e periodicidade para monitorar o andamento dos cursos de ensino médio técnico em vigor;8. Estudar a possibilidade de atualização dos normativos que versam sobre a participação da Funai na concessão de auxílios financeiros na área da educação e sobre o apoio a estudantes indígenas de ensino superior;9. Criar fluxos e instrumentos para acompanhar a situação de estudantes indígenas de nível superior; e10. Elaborar material informativo voltado aos estudantes indígenas com interesse em cursar ensino médio técnico ou ensino de nível superior, tendo como referência as principais dúvidas já apresentadas e experiências das unidades descentralizadas. <p>ii) Por meio do Parecer n. 00041/2023/ADM-PRIOR/PFE-FUNAI/PGE/AGU (SEI nº 5420201), de 06/07/2023, a Procuradoria Federal Especializada junto à Funai (PFE-Funai) analisou e aprovou as manifestações técnicas quanto à concessão de Auxílio Financeiro a indígenas nas situações apresentadas nas Portarias nº 744/2007/PRES (SEI nº 2666761), de 02/08/2007, na Portaria nº 846/2009/PRES (SEI nº 2666784) Portaria nº 320/PRES/FUNAI/2013 (SEI 2955480), de 27/03/2013. As contribuições da Cope/CGPC ao processo constam na Informação Técnica nº 137/2021/COPE/CGPC/DPDS-FUNAI (SEI nº 3308163), de 11/08/2021, e Informação Técnica nº 27/2022/COPE/CGPC/DPDS-FUNAI (SEI nº 3853552), de 16 de fevereiro de 2022, e Informação Técnica nº 72/2022/COPE/CGPC/DPDS-FUNAI (SEI nº 3980171), de 05 de abril de 2022, bem como na Minuta da Exposição de Motivos (SEI nº 3853715), 16 de fevereiro de 2022 e na Minuta de Medida Provisória (SEI nº 3853727).A retomada das concessões viabiliza a continuidade de apoios inerentes aos projetos das CGPC em geral, bem como o cumprimento de cláusulas de Acordos de Cooperação que preveem o pagamento de auxílio, a exemplo dos ACTs com a Unemat, UEFS e UnB.</p> <p>iii) A Cope/CGPC realizou reuniões relativas à qualificação da oferta de Ensino Médio Técnico e Educação Profissionalizante específicos e diferenciados para povos indígenas. Dentre elas, com o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas-IFAM, acerca da viabilidade de implementação de novos Planos de Trabalho em outros <i>campi</i>, como do Rio Negro e de Eirunepé, além do campus de Lábrea, no qual encontra-se em execução o Plano de Trabalho do curso de Florestas voltado ao povo indígena Jarawara;</p> <p>iv) Foi dado andamento aos trabalhos e diálogos interinstitucionais para a qualificação do atendimento dos indígenas venezuelanos que se encontram no Brasil, na condição de migrantes ou refugiados, pauta do Governo Brasileiro iniciada por meio da Operação Acolhida (inc. Casa Civil), Ministério da Cidadania, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos e da Funai. Ainda para 2023, espera-se a criação de Grupo de Trabalho no âmbito da Funai para alinhamento interno e instruções de execução de políticas junto às Coordenações Regionais;</p> <p>v) Entre maio e julho foi dado andamento nas Oficinas de capacitação de servidores da Funai, lideranças e gestores escolares indígenas no âmbito do Projeto de Cooperação Internacional firmado pelo Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação - FNDE e UNESCO (PROJETO 914BRZ1149 FNDE e UNESCO), ação na qual o FNDE convidou a Funai como parceira/público alvo do projeto. Trata-se de oficinas relacionadas à divulgação e coleta de subsídios para a proposição de aperfeiçoamento dos Programas de Manutenção Escolar Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, Programa Nacional de Transporte Escolar - PNATE e Programa Caminhos da Escola às especificidades das escolas indígenas. Até o momento, entre maio e julho foram realizadas junto às Coordenações Regionais: CR-NE-I (08 e 09 de maio); CR-BSF e CR-SBA (23 e 24 de maio); CR-XAV (29 e 30 de maio); CR-XIN (01 e 02 de junho); CR-CGB, (06 e 07 de junho); CR-NE-II (12 e 13 de junho); CR-CGR, CR-PP e CR-DOU (15 e 16 de junho); CR-MGES (19 e 20 de junho); CR-LISE (22 e 23 de junho); CR-BSF, CR-NE-I e CR-JPA (22 e 23 de junho); CR-TPJ (29 e 30 de junho). Prevê-se a renovação da consultoria, a qual, caso aprovada, abarcará a região Norte.</p> <p>vi) A Cope participa do GT Década Internacional Línguas representado a Funai em sua composição, acompanhamento e futuro fomento às ações do GT da Década de Línguas Indígenas no Brasil, iniciativa interinstitucional fomentada pela UNESCO que conta com a participação de diversos órgãos de governo, organizações indígenas e profissionais da educação que trabalham com línguas indígenas no Brasil para implementação de um plano nacional de revitalização e fortalecimento de línguas indígenas em diálogo com comunidades indígenas de todo o país;</p>										
6.3 Apresentação pontos negativos durante a execução										
<p>i) A construção do relatório apresentou algumas dificuldades, tais como o levantamento de dados a respeito da mudança de indicador. Até o final de 2021, o indicador referia-se ao número de indivíduos atendidos, sendo alterado, a pedido da CGPC, para o número de ações e projetos realizados. Em razão desta mudança, ainda faz-se necessário atualizar os dados referentes aos exercícios de 2020 e 2021;</p> <p>ii) Concentração da autorização de deslocamentos na Funai/Sede para a execução de agendas das unidades descentralizadas, dificultando a execução da Política Pública - CGPC;</p> <p>iii) paralisação da emissão de passagens aéreas via contrato da Sede devido ao alcance do limite do contrato;</p> <p>iv) Dificuldades estruturais enfrentadas pela Funai em decorrência do número insuficiente de servidores em todas as áreas. Nas Coordenações Regionais (CRs), o número reduzido de servidores na área meio resulta na falta de contratos para suporte das ações finalísticas. Por sua vez, na área finalística, a demanda das pautas emergenciais da CGPDS sobrecarrega os poucos servidores lotados nos Sedises;</p> <p>v) Apesar de exitosa a estratégia da CGPC de orientar no início de cada exercício nossas ações prioritárias vinculadas também aos instrumentos de execução da política pública, nota-se ainda que algumas Coordenações Regionais demandam de forma desproporcional o apoio à atividades relacionadas à Cogen e à Cope. A nosso ver, isso se dá devido à realidades locais, como por exemplo na região Sul, da qual recebemos mais solicitações técnicas e orçamentárias relacionadas à ações do Direito à Convivência Familiar e Comunitária (DCFC).</p> <p>vi) Número reduzido de servidores e dificuldade técnica da Coordenação de Gênero, Assuntos Geracionais e Participação Social – Cogen/CGPC em elaborar e promover processos de formação continuada dos servidores das CRs;</p> <p>vii) Falta de protocolos e de roteiros de entrevistas para atendimento às demandas de Direito à Convivência Familiar e Comunitária, de Violência Contra Mulheres e relativas a indígenas em situação de privação de liberdade;e</p> <p>viii) Falta de sistematização do fluxo processual entre PFE-Funai, DPDS, CGPDS e CGPC e CRs para a participação adequada da Funai nos processos de Direito à Convivência Familiar e Comunitária, Violência Contra Mulheres e relativos a indígenas em situação de privação de liberdade.</p>										
6.4 Apresentação das alternativas elaboradas para enfrentar os pontos negativos										
<p>i) Orientações às Coordenações Regionais quanto às ações prioritárias da CGPC, em diálogo com as realidades locais;</p> <p>ii) Tratativas com a CR Manaus e CR Alto Purus para emissão de passagens aéreas;</p> <p>iii) Continuidade das discussões técnicas acerca da oferta de cursos de nível Médio Técnico e Educação Profissionalizante específicos aos povos indígenas;</p> <p>iv) Reuniões com as Coordenações Regionais junto às instituições de ensino as quais mantemos Acordos de Cooperação, com Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará e do Amazonas, no sentido de coletar demandas e ajustar as parcerias de acordo com as realidades regionais;</p> <p>v) Elaboração de Roteiro com a finalidade de orientar a confecção de Relatório antropológico em processos judiciais relacionados a indígenas em situação de privação de liberdade;</p> <p>vi) Diálogos quanto a possibilidade de cessão de servidores do Governo do Distrito Federal (GDF) para compor a equipe da Cogen;e</p> <p>vii) Articulação junto à CGPDS, CR Dou, CR PP e CR Campo Grande com a finalidade de atender, de modo célere, os processo de institucionalização de crianças e jovens indígenas, na região.</p>										



Documento assinado eletronicamente por **Lídia Neira Alves Lacerda, Coordenador(a)**, em 18/10/2023, às 10:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Núbia Tupinambá, registrada civilmente como Núbia Batista da Silva, Coordenador(a)-Geral**, em 03/11/2023, às 10:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lucia Alberta Andrade de Oliveira, Diretor(a)**, em 07/11/2023, às 16:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5533998** e o código CRC **4F8EB6A1**.

Referência: Processo nº 08620.006146/2020-25

SEI nº 5235002